Agosto/2012
Vol. 18, N. 8

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília
Setembro/2012

TESOURONACIONAL

MINISTRO DA FAZENDA
Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE
Debora Peters

SUBSECRETÁRIOS
Cleber Ubiratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Gilvan da Silva Dantas
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE
Alexandre Bueno Damado
Bruno de Sousa Simões
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Guilherme Ceccato
Janet Maria Pereira
Juan Guillermo Valdivia Murillo
Karla de Lima Rocha

Arte
Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros
Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: http://www.tesouro.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 18, n. 8 (ago. 2012). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....5

Receitas do Tesouro Nacional.....7

Transferências do Tesouro Nacional.....11

Despesas do Tesouro Nacional.....13

Previdência Social.....18

Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....21

Dívida Interna Líquida.....22

Dívida Externa Líquida.....25

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central.....5

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB.....6

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central.....7

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB.....10

Tabela 5 - Transferências a Estados e Municípios.....11

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB.....12

Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central.....13

Tabela 8 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....14

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....15

Tabela 10 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....16

Tabela 11 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano.....17

Tabela 12 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB.....17

Tabela 13 - Resultado Primário da Previdência Social.....18

Tabela 14 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social.....19

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB.....20

Tabela 16 - Divida Líquida do Tesouro Nacional.....21

Tabela 17 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional.....22

Tabela 18 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional....23
Tabela 19 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional....23
Tabela 20 - Haveres Internos do Tesouro Nacional....24
Tabela 21 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional....25
Tabela 22 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional....25

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central....6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central....6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal....8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano....9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais....11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal....14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal....14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano....15
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano....15
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar....17
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência....19
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional....21

Resultado Fiscal do Governo Central

Em agosto de 2012, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R$ 1,6 bilhão, contra R$ 4,0 bilhões em julho de 2012. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R$ 6,6 bilhões, enquanto que a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R$ 4,9 bilhões e R$ 89,0 milhões, respectivamente.

R$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central [1] - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação do Resultado	Jul/12	Ago/12	Variação %	Jan - Ago		Variação %
				2011	2012	
I. RECEITA TOTAL	88.359,8	81.760,4	-7,5%	645.116,3	691.873,2	7,2%
Receitas do Tesouro	65.785,8	59.005,1	-10,3%	493.151,8	519.364,5	5,3%
Receitas da Previdência Social	22.284,0	22.534,6	1,1%	150.318,7	170.658,4	13,5%
Receitas do Banco Central	290,1	220,7	-23,9%	1.645,8	1.850,3	12,4%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.474,3	14.209,4	23,8%	113.072,5	119.847,1	6,0%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	76.885,6	67.551,0	-12,1%	532.043,8	572.026,2	7,5%
IV. DESPESA TOTAL	72.892,0	65.967,7	-9,5%	462.167,9	518.533,0	12,2%
Despesas do Tesouro	47.702,4	38.187,2	-19,9%	284.167,5	317.535,3	11,7%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	24.865,0	27.470,8	10,5%	175.855,6	198.734,9	13,0%
Despesas do Banco Central	324,6	309,7	-4,6%	2.144,9	2.262,8	5,5%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [2]	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	3.993,6	1.583,3	-60,4%	69.875,9	53.493,2	-23,4%
Tesouro Nacional	6.609,1	6.608,5	0,0%	95.911,8	81.982,2	-14,5%
Previdência Social (RGPS)	-2.581,0	-4.936,2	91,3%	-25.536,9	-28.076,5	9,9%
Banco Central [3]	-34,6	-89,0	157,6%	-499,1	-412,5	-17,3%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				2,58%	1,85%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.
3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

O resultado primário do Governo Central, em agosto de 2012, foi superavitário em R$ 1,6 bilhão, contra superávit de R$ 4,0 bilhões, em julho de 2012.

As receitas do Governo Central apresentaram decréscimo de R$ 6,6 bilhões (7,5%), passando de R$ 88,4 bilhões em julho de 2012, para R$ 81,8 bilhões em agosto de 2012. Esse comportamento decorreu, principalmente, das reduções de R$ 5,1 bilhões (16,6%) na arrecadação de impostos, e de R$ 1,9 bilhão (7,1%) nas receitas de contribuições.

Em relação às despesas, verificou-se diminuição de R$ 6,9 bilhões (9,5%) em relação a julho, sobretudo em virtude da redução de R$ 4,1 bilhões (22,5%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais e decréscimo de R$ 3,5 bilhões (44,7%) nas despesas do FAT.

Gráfico 1. Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central Brasil - 2011/2012 - R$ Bilhões

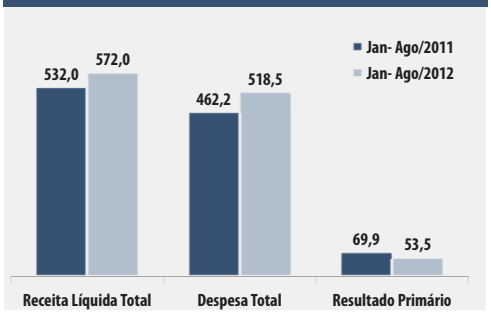
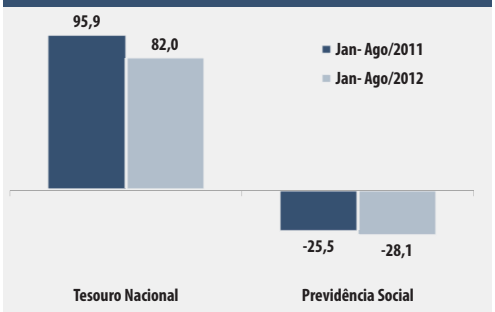


Gráfico 2. Resultado do Governo Central Brasil - 2011/2012 - R$ Bilhões



No acumulado do ano, o superávit primário do Governo Central foi de R$ 53,5 bilhões, contra R$ 69,9 bilhões apurado no mesmo período de 2011.

Comparativamente ao acumulado até agosto de 2011, houve redução de R$ 16,4 bilhões no superávit apurado. Esse comportamento reflete o decréscimo de R$ 13,9 bilhões no superávit do Tesouro Nacional, o aumento de R$ 2,5 bilhões no déficit da Previdência Social e a redução de R$ 86,6 milhões no déficit do Banco Central.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R$ 46,8 bilhões (7,2%) relativamente ao acumulado até agosto de 2011. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo incremento nas receitas da Previdência Social (R$ 20,3 bilhões), pelo crescimento na arrecadação de impostos (sobretudo em função do crescimento de R$ 6,1 bilhões em IRRF e de R$ 2,7 bilhões em IRPJ), de contribuições (acréscimo de R$ 8,7 bilhões na Cofins e de R$ 2,5 bilhões no PIS/Pasep), das receitas diretamente arrecadas (crescimento de R$ 4,2 bilhões) e da cota parte de compensações financeiras (crescimento de R$ 4,0 bilhões). Por outro lado, houve redução de R$ 3,4 bilhões na arrecadação da CIDE e de R$ 2,6 bilhões na CSLL.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 6,8 bilhões (6,0%) no período de janeiro a agosto de 2012 em virtude, principalmente, do aumento observado nas transferências constitucionais (R$ 3,4 bilhões) e no repasse de royalties de exploração de petróleo e gás natural (R$ 3,2 bilhões).

Relativamente ao mesmo período do ano anterior, as despesas do Governo Central cresceram R$ 56,4 bilhões (12,2%) destacando-se os incrementos de R$ 29,3 bilhões (17,8%) nas despesas de Custeio e Capital e de R$ 22,9 bilhões (13,0%) nas despesas da Previdência Social.

% PIB

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Jan - Ago	
	2011	2012
GOVERNO CENTRAL	2,58%	1,85%
Tesouro Nacional	3,54%	2,83%
Previdência Social	-0,94%	-0,97%
Banco Central	-0,02%	-0,01%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação do Resultado	Jul/12	Ago/12	Variação %	Jan - Ago		Variação %
				2011	2012	
I. RECEITA TOTAL	88.359,8	81.760,4	-7,5%	645.116,3	691.873,2	7,2%
I.1. Receitas do Tesouro	65.785,8	59.005,1	-10,3%	493.151,8	519.364,5	5,3%
Receita Bruta [2]	69.294,1	61.721,6	-10,9%	502.317,5	531.695,8	5,8%
Impostos	30.714,5	25.618,4	-16,6%	234.249,9	249.442,6	6,5%
IR	21.998,2	16.602,9	-24,5%	166.825,5	177.660,2	6,5%
IPI	3.467,0	3.690,7	6,5%	30.082,3	30.734,4	2,2%
Outros	5.249,3	5.324,8	1,4%	37.342,1	41.048,0	9,9%
Contribuições	26.255,1	24.398,4	-7,1%	191.762,4	200.244,1	4,4%
COFINS	14.490,5	15.187,1	4,8%	103.426,4	112.134,7	8,4%
CSLL	5.826,5	3.261,5	-44,0%	42.379,4	39.806,7	-6,1%
Pis/Pasep	3.835,2	3.922,4	2,3%	27.504,7	30.032,1	9,2%
CIDE-Combustíveis	224,1	0,8	-99,6%	6.112,8	2.734,4	-55,3%
Outras	1.878,8	2.026,5	7,9%	12.339,0	15.536,1	25,9%
Demais	12.324,5	11.704,8	-5,0%	76.305,1	82.009,1	7,5%
Cota parte de compensações financeiras	5.467,4	1.443,9	-73,6%	20.260,3	24.309,0	20,0%
Diretamente arrecadadas	3.060,7	2.811,8	-8,1%	22.191,2	26.386,2	18,9%
Concessões	54,7	210,8	285,1%	1.778,3	1.070,0	-39,8%
Dividendos	2.339,9	5.828,6	149,1%	12.730,7	16.125,4	26,7%
Outras	1.401,7	1.409,7	0,6%	19.344,8	14.118,5	-27,0%
(-) Restituições	-3.508,4	-2.716,5	-22,6%	-9.016,4	-12.194,0	35,2%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-149,2	-137,3	-8,0%
I.2. Receitas da Previdência Social [3]	22.284,0	22.534,6	1,1%	150.318,7	170.658,4	13,5%
Receitas da Previdência Social - Urbano	21.836,6	22.038,6	0,9%	146.862,7	166.935,9	13,7%
Receitas da Previdência Social - Rural	447,4	496,0	10,9%	3.456,0	3.722,5	7,7%
I.3. Receitas do Banco Central	290,1	220,7	-23,9%	1.645,8	1.850,3	12,4%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

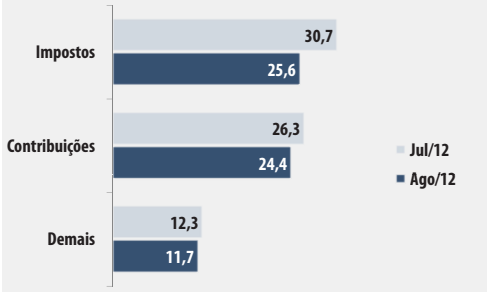
As receitas de impostos e contribuições apresentaram decréscimo de 16,6% e 7,1%, respectivamente, relativamente ao mês anterior, em função sobretudo, de fatores sazonais.

Receitas do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo de R$ 7,6 bilhões (10,9%), passando de R$ 69,3 bilhões, em julho, para R$ 61,7 bilhões, em agosto de 2012. Este comportamento é explicado, principalmente, pela redução de R$ 5,1 bilhões (16,6%) em impostos e de R$ 1,9 bilhão (7,1%) em contribuições.

Em agosto, as receitas de impostos federais totalizaram R$ 25,6 bilhões e as de contribuições R$ 24,4 bilhões, apresentando em seu conjunto redução de R$ 7,0 bilhões (12,2%) em relação aos valores apurados em julho. Essa evolução reflete, sobretudo:

Gráfico 3. Receita Bruta do Tesouro Nacional
Brasil - 2012 - R$ Bilhões



i) decréscimo de R$ 4,6 bilhões (44,7%) e de R$ 2,6 bilhões (44,0%) na arrecadação de IRPJ e CSLL respectivamente, devido ao pagamento em julho, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho, sem evento correspondente em agosto; e

ii) acréscimo de R$ 696,6 milhões (4,8%) na arrecadação da Cofins.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram redução de R$ 619,7 milhões (5,0%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações:

i) redução de R$ 4,0 bilhões (73,6%) em cota parte de compensações financeiras decorrente do recolhimento trimestral da participação especial na exploração de petróleo e gás natural em julho sem correspondência em agosto; e

ii) aumento de R$ 3,5 bilhões na arrecadação de dividendos.

No acumulado de 2012, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 5,8% em relação ao ano anterior, refletindo o comportamento dos principais indicadores econômicos que afetam a arrecadação tributária.

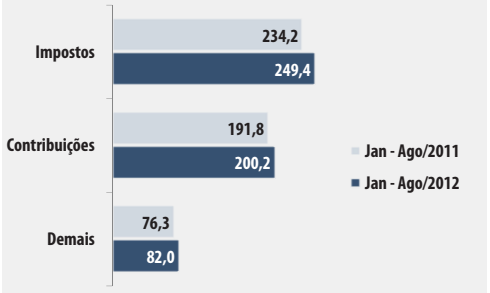
Receitas do Tesouro Nacional
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com os primeiros oito meses de 2011, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 29,4 bilhões (5,8%), passando de R$ 502,3 bilhões para R$ 531,7 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

i) crescimento de R$ 2,7 bilhões (3,8%) no IRPJ e decréscimo de R$ 2,6 bilhões (6,1%) na CSLL, explicado, principalmente, pelo pagamento em julho de 2011, de débitos em atraso no valor de R$ 5,8 bilhões, sem correspondência em julho de 2012;

Gráfico 4. Receita Bruta do Tesouro Nacional Brasil - 2011/2012 - R$ Bilhões



ii) incremento de R$ 8,7 bilhões (8,4%) na Cofins e de R$ 2,5 bilhões (9,2%) no PIS/Pasep, devido, sobretudo, ao crescimento de 7,0% do volume de vendas de dezembro de 2011 a julho de 2012 em relação a dezembro de 2010 a junho de 2011 (PMC-IBGE), bem como ao acréscimo de R$ 2,0 bilhões na arrecadação de PIS/Cofins importação em relação a 2011;

iii) crescimento de R$ 6,1 bilhões (7,8%) no IRRF, devido, especialmente à elevação de R$ 4,0 bilhões (8,7%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente da variação da massa salarial e da correção da tabela progressiva em 4,5% a partir de janeiro de 2012; e

iv) aumento de R$ 3,5 bilhões (20,8%) no Imposto de Importação - II e IPI Vinculado à Importação, decorrente principalmente da conjugação das elevações de 2,6% no valor em dólar (volume) das importações, de 8,3% na alíquota média efetiva do IPI – Vinculado, de 18,0% na taxa média de câmbio e da redução de 0,9% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 5,7 bilhões (7,5%), em relação aos primeiros oito meses de 2011, decorrente dos seguintes fatores:

i) aumento de R$ 4,0 bilhões (20,0%) em cota parte de compensações financeiras e crescimento de R$ 4,2 bilhões (18,9%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e fundações;

ii) decréscimo de R$ 5,4 bilhões em outras receitas, devido ao recolhimento, em junho de 2011, no valor de R$ 6,7 bilhões, em decorrência da consolidação/antecipação de parcelas de débitos do parcelamento especial previsto na Lei nº 11.941/2009 contra R$ 1,2 bilhão no mesmo mês de 2012; e

iii) comparativamente a 2011, a arrecadação de dividendos cresceu R$ 3,4 bilhões (26,7%) em 2012.

No acumulado do ano, houve aumento de R$ 4,0 bilhões na arrecadação da cota parte de compensações financeiras em relação ao ano anterior.

% PIB

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012		
Discriminação	Jan - Ago	
	2011	2012
RECEITA BRUTA [1]	18,54%	18,34%
Impostos	8,65%	8,60%
IR	6,16%	6,13%
IPI	1,11%	1,06%
Outros	1,38%	1,42%
Contribuições	7,08%	6,91%
COFINS	3,82%	3,87%
CSLL	1,56%	1,37%
Pis/Pasep	1,02%	1,04%
CIDE-Combustíveis	0,23%	0,09%
Outras	0,46%	0,54%
Demais	2,82%	2,83%
Cota parte de compensações financeiras	0,75%	0,84%
Diretamente arrecadadas	0,82%	0,91%
Concessões	0,07%	0,04%
Dividendos	0,47%	0,56%
Outras	0,71%	0,49%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Transferências do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 5 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação do Resultado	Jul/12	Ago/12	Variação %	Jan - Ago		Variação %
				2011	2012	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	11.474,3	14.209,4	23,8%	113.072,5	119.847,1	6,0%
Transferências Constitucionais	8.534,6	9.418,4	10,4%	85.572,4	88.990,8	4,0%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	162,5	162,5	0,0%	1.300,0	1.300,0	0,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	320,8	0,0	-	1.520,1	1.060,9	-30,2%
Demais Transferências	2.456,4	4.628,5	88,4%	24.680,0	28.495,3	15,5%
Salário Educação	696,7	691,3	-0,8%	5.143,0	5.918,4	15,1%
Royalties	1.134,3	3.313,9	192,1%	12.580,1	15.811,0	25,7%
Fundef/Fundeb	606,9	606,9	-	6.792,8	6.596,1	-2,9%
Outras	18,5	16,5	-10,8%	164,1	169,9	3,6%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

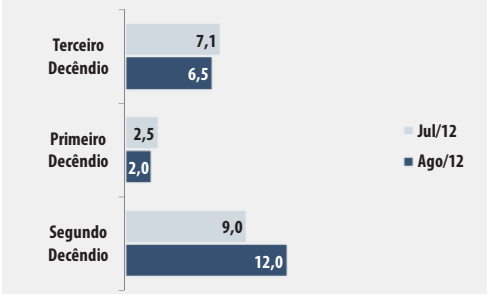
As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 2,7 bilhões (23,8%) em agosto de 2012, frente ao mês anterior devido ao aumento nas transferências de royalties de petróleo.

Transferências do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em agosto de 2012, as transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R$ 2,7 bilhões (23,8%), totalizando R$ 14,2 bilhões, contra R$ 11,5 bilhões no mês anterior. Esse comportamento resulta de:

i) aumento de R$ 2,2 bilhões nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural;

Gráfico 5. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2012 - R$ Bilhões



ii) aumento de R$ 883,8 milhões (10,4%) frente a julho nas transferências constitucionais, reflexo da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI); e

iii) redução de R$ 302,8 milhões nas transferências da Cide-combustíveis, devido à transferência trimestral realizada em julho.

Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Nos primeiros oito meses de 2012, as transferências apresentaram aumento de 6,0%, passando de R$ 113,1 bilhões em 2011 para R$ 119,8 bilhões este ano.

No comparativo do acumulado de 2012 contra o mesmo período de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R$ 6,8 bilhões (6,0%), elevando-se de R$ 113,1 bilhões em 2011 para R$ 119,8 bilhões em 2012. As principais variações no período foram:

i) aumento de R$ 3,4 bilhões (4,0%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e

ii) incremento de R$ 3,2 bilhões (25,7%) nas transferências de royalties de petróleo advindos do aumento dos repasses de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

% PIB

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2011 / 2012		
Discriminação	Jan - Ago	
	2011	2012
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	4,17%	4,13%
Transferências Constitucionais	3,16%	3,07%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	0,05%	0,04%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,06%	0,04%
Demais Transferências	0,91%	0,98%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Despesas do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação do Resultado	Jul/12	Ago/12	Variação %	Jan - Ago		Variação %
				2011	2012	
I. DESPESA TOTAL	72.892,0	65.967,7	-9,5%	462.167,9	518.533,0	12,2%
I.1. Despesas do Tesouro	47.702,4	38.187,2	-19,9%	284.167,5	317.535,3	11,7%
Pessoal e Encargos Sociais [2]	18.199,6	14.109,2	-22,5%	117.890,0	121.833,5	3,3%
Custeio e Capital	29.255,7	23.892,0	-18,3%	164.868,8	194.183,5	17,8%
Despesa do FAT	7.813,6	4.317,6	-44,7%	22.721,1	26.320,5	15,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas [3]	594,3	-119,3	-120,1%	7.052,4	8.313,2	17,9%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) [4]	2.475,2	2.481,0	0,2%	16.458,6	19.494,0	18,4%
Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.372,5	17.212,7	-6,3%	118.636,8	140.055,8	18,1%
Outras Despesas de Custeio	12.448,0	13.507,6	8,5%	85.431,4	97.593,2	14,2%
Outras Despesas de Capital [5]	5.924,4	3.705,1	-37,5%	33.205,4	42.462,7	27,9%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	247,1	186,0	-24,7%	1.408,6	1.518,3	7,8%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) [6]	24.865,0	27.470,8	10,5%	175.855,6	198.734,9	13,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	19.272,9	20.404,8	5,9%	136.574,0	153.067,2	12,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	5.592,1	7.066,0	26,4%	39.281,6	45.667,7	16,3%
I.3. Despesas do Banco Central	324,6	309,7	-4,6%	2.144,9	2.262,8	5,5%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.
5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei nº 12.693/2012.
6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Despesas do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em agosto, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 38,2 bilhões, representando um decréscimo de R$ 9,5 bilhões (19,9%) em relação a julho de 2012. Essa diminuição decorreu principalmente dos decréscimos de R$ 5,4 bilhões nas despesas de Custeio e Capital e de R$ 4,1 bilhões nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

Gráfico 6. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2012 - R$ Bilhões

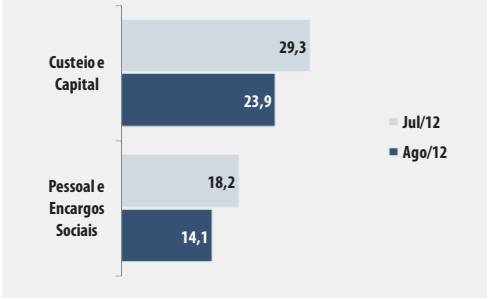
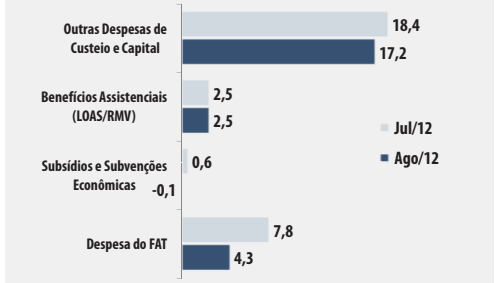


Gráfico 7. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2012 - R$ Bilhões



As despesas de Custeio e Capital diminuíram R$ 5,4 bilhões (18,3%) em relação ao mês anterior. Este comportamento deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

As despesas com o PAC apresentaram aumento de R$ 403,4 milhões (24,3%) frente ao mês anterior.

i) diminuição de R$ 3,5 bilhões (44,7%) nas despesas do FAT. O pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2012/2013 (agosto/2012 a julho/2013), regulamentado pela Resolução Codefat n° 695/2012; e

ii) decréscimo de R$ 1,2 bilhão (6,3%) em Outras Despesas de Custeio e Capital, decorrente principalmente dos seguintes fatores: a) decréscimo de R$ 1,4 bilhão (8,9%) nas despesas discricionárias; e b) aumento de R$ 403,4 milhões (24,3%) na execução do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R$ 14,1 bilhões no mês frente a R$ 18,2 bilhões em julho de 2012. Cumpre destacar que os gastos com pessoal foram impactados no mês anterior em virtude do pagamento de parcela do décimo terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Poder Executivo.

R$ Milhões

Tabela 8 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2012

Discriminação	Jul/12	Ago/12	Variação %
Precatórios e Sentenças	69,1	40,9	-40,8%
Legislativo	125,8	122,2	-2,8%
Judiciário	567,9	600,4	5,7%
Crédito Extraordinário [1]	209,0	274,5	31,3%
PAC [2]	1.658,2	2.061,7	24,3%
Outras [3]	484,5	220,1	-54,6%
Discricionárias	15.257,8	13.892,9	-8,9%
Min. da Saúde	5.092,4	5.796,4	13,8%
Min. do Des. Social	2.016,2	2.290,4	13,6%
Min. da Educação	3.735,4	2.131,2	-42,9%
Min. da Defesa	1.283,8	1.231,4	-4,1%
Min. da Ciência e Tec.	511,6	488,3	-4,6%
Min. do Des. Agrário	99,1	70,1	-29,2%
Min. da Justiça	340,1	186,9	-45,0%
Min. da Previdência	150,4	178,6	18,8%
Min. dos Transportes	57,1	79,3	38,9%
Min. das Cidades	212,0	46,8	-77,9%
Demais	1.759,8	1.393,3	-20,8%
Total	**18.372,5**	**17.212,7**	**-6,3%**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R$ 33,4 bilhões (11,7%) em relação aos primeiros oito meses de 2011, destacando-se as variações de R$ 29,3 bilhões (17,8%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R$ 3,9 bilhões (3,3%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais. Cumpre destacar que, em percentual do PIB, houve decréscimo de 0,15 p.p. do PIB nas despesas de pessoal.

Gráfico 8. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2011/2012 - R$ Bilhões

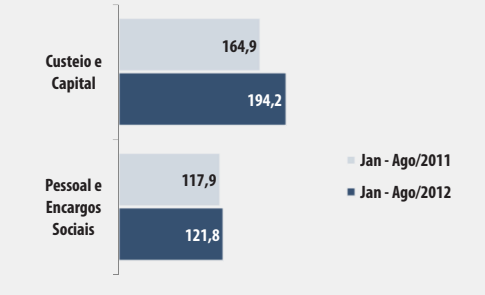
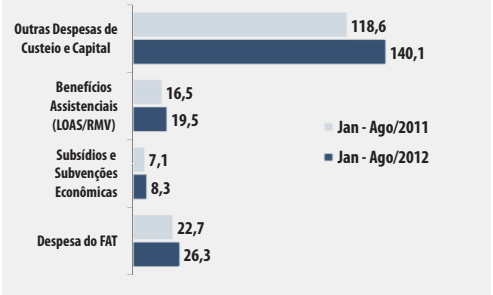


Gráfico 9. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2011/2012 - R$ Bilhões



R$ Milhões

O aumento de R$ 29,3 bilhões observados nos gastos com Custeio e Capital, quando comparados ao mesmo período de 2011, pode ser explicado por:

i) crescimento de R$ 21,4 bilhões (18,1%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R$ 14,4 bilhões (16,0%) nas despesas discricionárias; b) crescimento de R$ 5,6 bilhões (33,5%) nas despesas do PAC; e c) redução de R$ 2,2 bilhões (58,2%) nos desembolsos relativos a créditos extraordinários.

Nas despesas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2011/2012

Discriminação	Jan - Ago		Variação %
	2011	2012	
Precatórios e Sentenças	2.430,5	3.010,6	23,9%
Legislativo	837,8	926,0	10,5%
Judiciário	3.660,3	4.461,6	21,9%
Crédito Extraordinário [1]	3.699,2	1.547,3	-58,2%
PAC [2]	16.724,9	22.334,1	33,5%
Outras [3]	1.032,3	3.128,8	203,1%
Discricionárias	90.251,8	104.647,5	16,0%
Min. da Saúde	36.798,0	41.903,9	13,9%
Min. do Des. Social	12.731,6	15.779,6	23,9%
Min. da Educação	13.946,8	17.213,0	23,4%
Min. da Defesa	8.082,4	8.425,9	4,2%
Min. da Ciência e Tec.	2.763,1	3.249,3	17,6%
Min. do Des. Agrário	1.251,9	1.145,7	-8,5%
Min. da Justiça	1.750,9	1.613,3	-7,9%
Min. da Previdência	1.318,5	1.300,4	-1,4%
Min. dos Transportes	645,7	677,2	4,9%
Min. das Cidades	515,1	765,2	48,5%
Demais	10.447,6	12.574,2	20,4%
Total	**118.636,8**	**140.055,8**	**18,1%**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Nos oito primeiros meses de 2012, as despesas com pessoal e encargos sociais reduziram 0,15 p.p. do PIB em relação a igual período de 2011, atingindo 4,20% em 2012 ante 4,35% em 2011.

No acumulado do ano, os gastos com investimentos do PAC apresentaram incremento de R$ 5,6 bilhões (33,5%) em relação ao mesmo período de 2011.

R$ Milhões

Tabela 10 - Subsídios e Subvenções Econômicas [1]
Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2011/2012

Discriminação	Jan - Ago	
	2011	2012
Agricultura	3.581,2	4.816,2
Custeio Agropecuário	488,2	1.282,7
Investimento Rural	39,8	68,2
Preços Agrícolas	144,5	768,5
EGF	42,0	172,8
AGF	-503,6	335,7
Sustent. de preços	606,0	260,0
Pronaf	2.152,9	2.247,1
Pesa	532,1	177,9
Álcool	0,0	0,7
Cacau	0,1	0,4
Fundo da Terra/Incra	153,4	176,3
FUNCAFÉ	44,6	43,8
Revitaliza	25,7	50,5
Outros	596,8	1.261,1
PSI	429,0	751,7
Op. Microcredito (EQMPO)	0,0	153,8
FND	0,0	-34,1
FSA	0,0	53,3
Exportação (Proex)	230,5	145,1
Itaipu[2]	0,0	231,1
Total	**4.338,6**	**5.586,8**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
2. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

R$ 5,1 bilhões (13,9%); do Ministério da Educação, com incremento de R$ 3,3 bilhões (23,4%); e do Ministério do Desenvolvimento Social, com aumento de R$ 3,0 bilhões (23,9%);

ii) aumento de R$ 3,6 bilhões (15,8%) nas despesas do FAT, justificadas principalmente pelo reajuste de 14,13% no valor do benefício do Seguro Desemprego (Resolução Codefat n° 685/2011);

iii) incremento de R$ 3,0 bilhões (18,4%) nos gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), em relação ao mesmo período de 2011. Essa variação é explicada pelo aumento de 5,1% na quantidade de benefícios emitidos e pelos reajustes de 5,9% e de 14,1% do salário mínimo nos anos de 2011 e 2012, respectivamente; e

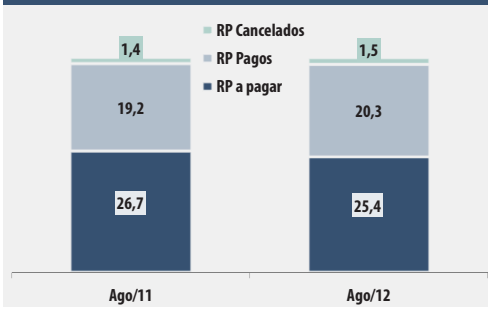
iv) aumento de R$ 1,3 bilhão (17,9%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, alcançando R$ 8,3 bilhões no acumulado até agosto de 2012, contra R$ 7,1 bilhões no mesmo período de 2011. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: a) Custeio Agropecuário (crescimento de R$ 802,5 milhões); b) Programa Aquisição do Governo Federal - AGF (crescimento de R$ 779,5 milhões); e c) Programa de Sustentação do Investimento - PSI (crescimento de R$ 322,7 milhões).

Os dispêndios com a folha salarial registraram decréscimo de 0,15 p.p do PIB, passando de 4,35% em 2011 para 4,20% do PIB em 2012. Em termos nominais, houve crescimento de R$ 3,9 bilhões (3,3%), passando de R$ 117,9 bilhões em 2011, para R$ 121,8 bilhões em 2012. Cumpre destacar que houve redução no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R$ 1,2 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até agosto de 2012, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu

a R$ 20,3 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R$ 5,0 bilhões), da Saúde (R$ 4,8 bilhões), da Defesa (R$ 2,7 bilhões) e da Ciência e Tecnologia (R$ 1,4 bilhão).

Gráfico 10. Execução de Restos a Pagar
Brasil - 2011/2012 - R$ Bilhões



R$ Milhões

Tabela 11- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano
Brasil - 2007 /2012

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2007	2.575.467,0	7,8%	1.239.649,3	9,5%	1.335.817,8	6,3%
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
Jan-Ago/07	2.538.216,0	-	1.219.546,5	-	1.318.669,5	-
Jan-Ago/08	2.766.384,5	9,0%	1.337.405,3	9,7%	1.428.979,3	8,4%
Jan-Ago/09	3.015.609,3	9,0%	1.467.925,0	9,8%	1.547.684,3	8,3%
Jan-Ago/10	3.250.635,9	7,8%	1.569.584,3	6,9%	1.681.051,6	8,6%
Jan-Ago/11	3.473.365,5	6,9%	1.647.486,8	5,0%	1.825.878,8	8,6%
Jan-Ago/12	3.651.917,3	5,1%	1.706.684,0	3,6%	1.945.233,3	6,5%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 12 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Jan - Ago	
	2011	2012
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	10,49%	10,95%
Pessoal e Encargos Social	4,35%	4,20%
Custeio e Capital	6,09%	6,70%
Despesas do FAT	0,84%	0,91%
Subsídios e Subvenções [1]	0,26%	0,29%
LOAS/RMV	0,61%	0,67%
Outras	4,38%	4,83%
Transferências ao Bacen	0,05%	0,05%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Previdência Social

Em agosto de 2012, a Previdência Social registrou déficit de R$ 4,9 bilhões contra déficit de R$ 2,6 bilhões em julho, devido, principalmente, ao pagamento antecipado da parcela do abano equivalente à gratificação natalina.

R$ Milhões

Tabela 13 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação do Resultado	Jul/12	Ago/12	Variação %	Jan - Ago		Variação %
				2011	2012	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	22.284,0	22.534,6	1,1%	150.318,7	170.658,4	13,5%
Arrecadação Bruta	24.607,4	24.931,4	1,3%	167.893,1	190.804,1	13,6%
Contribuição Previdenciária	21.943,4	22.400,5	2,1%	150.909,6	171.580,7	13,7%
Simples	2.463,6	2.262,7	-8,2%	15.304,6	17.558,5	14,7%
CFT	27,6	17,8	-35,6%	268,8	206,4	-23,2%
Depósitos Judiciais	164,5	242,1	47,1%	1.328,2	1.384,2	4,2%
Refis	8,3	8,3	0,6%	81,9	74,3	-9,3%
(-) Restituição/Devolução	-37,0	-50,1	35,5%	-553,2	-586,2	6,0%
(-) Transferências a Terceiros	-2.286,4	-2.346,7	2,6%	-17.021,1	-19.559,6	14,9%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	24.865,0	27.470,8	10,5%	175.855,6	198.734,9	13,0%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.581,0	-4.936,2	91,3%	-25.536,9	-28.076,5	9,9%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-0,94%	-0,97%	

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em agosto de 2012, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 4,9 bilhões, contra um déficit de R$ 2,6 bilhões em julho. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

i) acréscimo de R$ 2,6 bilhões (10,5%) nas despesas com benefícios frente a julho de 2012 devido, principalmente, ao pagamento antecipado de parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência; e

ii) aumento de R$ 250,6 milhões (1,1%) na arrecadação líquida frente aos ingressos líquidos de julho de 2012, totalizando R$ 22,5 bilhões.

Previdência Social
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Em relação acumulado do ano anterior, o déficit previdenciário passou de 0,94% para 0,97% do PIB. Em termos nominais, o aumento registrado no déficit foi de R$ 2,5 bilhões (9,9%). A arrecadação líquida apresentou aumento de R$ 20,3 bilhões (13,5%), devido ao crescimento da massa salarial, que repercute nas

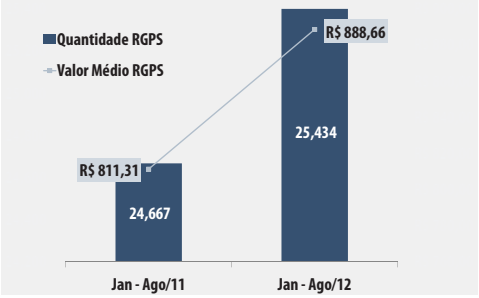
contribuições sobre a folha de pagamento.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R$ 22,9 bilhões (13,0%) comparativamente ao mesmo período de 2011 devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R$ 77,34 (9,5%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e

ii) elevação de 767,2 mil (3,1%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

Gráfico 11. Benefícios Emitidos da Previdência Brasil - 2011/2012 - Média



No estoque de benefícios de 2012, comparado ao de 2011, destacam-se os aumentos de 559,3 mil aposentadorias (3,5%), de 169,4 mil pensões por morte (2,5%) e 23,4 mil benefícios de auxílio-doença (1,7%).

Em mil benefícios

Tabela 14 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Jul/12	Ago/12	Variação %	Jan - Ago 2011	Jan - Ago 2012	Variação %
BENEFÍCIOS DO RGPS	25.593	25.717	0,5%	24.667	25.434	3,1%
Previdênciários	24.760	24.879	0,5%	23.839	24.602	3,2%
Aposentadorias	16.449	16.509	0,4%	15.784	16.335	3,5%
Idade	8.633	8.668	0,4%	8.258	8.567	3,7%
Invalidez	3.040	3.046	0,2%	2.974	3.029	1,9%
Tempo de contribuição	4.777	4.795	0,4%	4.552	4.739	4,1%
Pensão por morte	6.889	6.908	0,3%	6.686	6.857	2,6%
Auxílio-Doença	1.266	1.301	2,8%	1.230	1.260	2,4%
Salário - maternidade	82	86	4,7%	77	78	1,6%
Outros	74	76	2,1%	63	72	15,2%
Acidentários	832	838	0,7%	828	832	0,5%
Aposentadorias	178	179	0,4%	169	177	4,5%
Pensão por morte	123	123	-0,1%	125	123	-1,2%
Auxílio - doença	171	176	2,7%	179	173	-3,6%
Auxílio - acidente	293	293	0,3%	283	291	2,7%
Auxílio - suplementar	67	67	-0,4%	71	68	-4,6%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

No acumulado do ano, o déficit da previdência correspondeu a 0,97% do PIB.

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012					
Discriminação	R$ Milhões		Variação %	% PIB	
	Jan - Ago			Jan - Ago	
	2011	2012		2011	2012
CONTRIBUIÇÃO	150.318,7	170.658,4	13,5%	5,55%	5,89%
Urbano	146.862,7	166.935,9	13,7%	5,42%	5,76%
Rural	3.456,0	3.722,5	7,7%	0,13%	0,13%
BENEFÍCIOS	175.855,6	198.734,9	13,0%	6,49%	6,85%
Urbano	136.574,0	153.067,2	12,1%	5,04%	5,28%
Rural	39.281,6	45.667,7	16,3%	1,45%	1,58%
RESULTADO PRIMÁRIO	-25.536,9	-28.076,5	9,9%	-0,94%	-0,97%
Urbano	10.288,8	13.868,7	34,8%	0,38%	0,48%
Rural	-35.825,7	-41.945,2	17,1%	-1,32%	-1,45%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.1: Dados sujeitos a alteração.
Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R$ 968,3 bilhões em agosto de 2012. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R$ 9,0 bilhões, consequência do aumento de R$ 8,9 bilhões no estoque da dívida interna líquida e de R$ 67,6 milhões na dívida externa líquida.

Em agosto de 2012, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 22,3% do PIB, apresentando redução de 0,5 p.p. em comparação a agosto de 2011.

R$ Milhões

Tabela 16 - Divida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

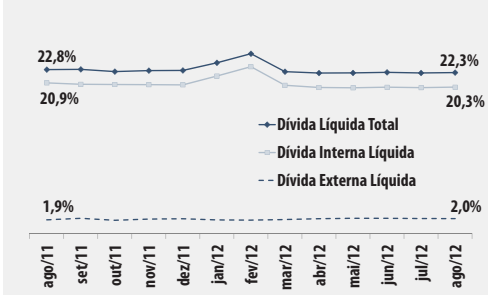
Discriminação	Jul/12	Ago/12	Variação %	Ago/11	Ago/12	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	871.542,2	880.432,0	1,0%	847.683,6	880.432,0	3,9%
Dívida Interna	2.606.887,5	2.615.264,7	0,3%	2.387.596,2	2.615.264,7	9,5%
Haveres Internos	1.735.345,3	1.734.832,7	0,0%	1.539.912,6	1.734.832,7	12,7%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	87.763,4	87.831,0	0,1%	75.012,0	87.831,0	17,1%
Dívida Externa	88.411,8	88.427,9	0,0%	75.434,5	88.427,9	17,2%
Haveres Externos	648,4	596,8	-8,0%	422,5	596,8	41,3%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	959.305,7	968.263,0	0,9%	922.695,6	968.263,0	4,9%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	22,3%	22,3%		22,8%	22,3%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a agosto de 2011, a DLTN aumentou R$ 45,6 bilhões. Essa diferença é resultado do acréscimo de R$ 32,7 bilhões no estoque da dívida interna líquida e de R$ 12,8 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em relação ao PIB, a DLTN diminuiu 0,5 p.p. no mesmo período, passando de 22,8% em agosto de 2011 para 22,3% em agosto de 2012.

Gráfico 12. Dívida Líquida do Tesouro Nacional 2011/2012 - % PIB



Dívida Interna Líquida

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou um decréscimo de 0,6 p.p. em comparação a agosto de 2011.

R$ Milhões

Tabela 17 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Jul/12	Ago/12	Variação %	Ago/11	Ago/12	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	2.606.887,5	2.615.264,7	0,3%	2.387.596,2	2.615.264,7	9,5%
Dívida Mobiliária	2.599.406,0	2.608.143,2	0,3%	2.375.955,8	2.608.143,2	9,8%
DPMFi em Poder do Público [1]	1.788.400,6	1.778.876,8	-0,5%	1.692.957,5	1.778.876,8	5,1%
DPMFi em Poder do Banco Central	841.195,2	858.527,0	2,1%	711.318,9	858.527,0	20,7%
(-) Aplicações em Títulos Públicos [2]	-30.189,9	-29.260,6	-3,1%	-28.320,6	-29.260,6	3,3%
Demais Obrigações Internas	7.481,6	7.121,5	-4,8%	11.640,4	7.121,5	-38,8%
II. HAVERES INTERNOS	1.735.345,3	1.734.832,7	0,0%	1.539.912,6	1.734.832,7	12,7%
Disponibilidades Internas	489.040,0	477.064,0	-2,4%	403.164,2	477.064,0	18,3%
Haveres junto aos Governos Regionais	496.197,7	502.778,4	1,3%	480.493,9	502.778,4	4,6%
Haveres da Administração Indireta	281.023,1	285.554,5	1,6%	250.686,2	285.554,5	13,9%
Haveres Administrados pela STN	469.084,5	469.435,8	0,1%	405.568,4	469.435,8	15,7%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	871.542,2	880.432,0	1,0%	847.683,6	880.432,0	3,9%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/ PIB [3]	20,3%	20,3%		20,9%	20,3%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui TDA e dívida securitizada.
2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.
3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

No mês de agosto, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 880,4 bilhões, apresentando, em relação ao mês anterior, um aumento de R$ 8,9 bilhões, resultado do efeito conjugado do aumento de R$ 8,4 bilhões no estoque da dívida interna bruta e do decréscimo de R$ 512,5 milhões nos haveres internos. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 20,3% em agosto de 2012.

Relativamente ao ano anterior, houve acréscimo de R$ 32,7 bilhões, passando de 847,7 bilhões, em agosto de 2011, para R$ 880,4 bilhões em agosto de 2012. Esse comportamento decorreu do acréscimo de R$ 227,7 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R$ 194,9 bilhões no dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve decréscimo de 0,6 p.p., passando de 20,9% para 20,3%.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R$ 7,8 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pelo resgate líquido de R$ 19,6 bilhões e pela apropriação de juros de R$ 27,4 bilhões.

R$ Milhões

Tabela 18 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Jul/12	Ago/12	Variação %	Ago/11	Ago/12	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	1.788.400,6	1.778.876,8	-0,5%	1.692.957,5	1.778.876,8	5,1%
LFT	448.270,3	449.051,3	0,2%	560.437,3	449.051,3	-19,9%
LTN	443.439,5	464.647,6	4,8%	347.775,0	464.647,6	33,6%
NTN-B	580.640,7	546.043,8	-6,0%	432.793,1	546.043,8	26,2%
NTN-C	63.517,2	64.984,1	2,3%	61.341,7	64.984,1	5,9%
NTN-F	216.224,4	219.737,8	1,6%	256.328,2	219.737,8	-14,3%
Demais [1]	36.308,6	34.412,3	-5,2%	34.282,2	34.412,3	0,4%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-30.189,9	-29.260,6	-3,1%	-28.320,6	-29.260,6	3,3%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	841.195,2	858.527,0	2,1%	711.318,9	858.527,0	20,7%
TOTAL	2.599.406,0	2.608.143,2	0,3%	2.375.955,8	2.608.143,2	9,8%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui TDA e dívida securitizada.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pelo resgate líquido de R$ 28,3 bilhões e apropriação de juros de R$ 18,8 bilhões.

Na carteira de títulos em poder do público, a redução de R$ 9,5 bilhões está associada ao resgate líquido de R$ 28,3 bilhões e à apropriação de juros no valor de 18,8 bilhões. Na carteira de títulos do Banco Central, o aumento de R$ 17,3 bilhões pode ser explicado pela emissão líquida de R$ 8,7 bilhões e pela apropriação de juros no valor de 8,6 bilhões.

R$ Milhões

Tabela 19 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional [1] - Brasil - 2012					
Discriminação	Saldo	Fatores de Variação [2]			Saldo
	Jul/12	Emissões	Resgates [3]	Juros [4]	Ago/12
EM PODER DO PÚBLICO	1.788.400,6	39.847,1	-68.164,6	18.793,7	1.778.876,8
LFT	448.270,3	15,4	-2.317,0	3.082,5	449.051,3
LTN	443.439,5	17.051,3	-451,0	4.607,8	464.647,6
NTN-B	580.640,7	21.377,5	-63.048,1	7.073,8	546.043,8
NTN-C	63.517,2	-	-0,5	1.467,3	64.984,1
NTN-F	216.224,4	1.284,8	-12,6	2.241,3	219.737,8
Demais [5]	36.308,6	118,1	-2.335,5	321,0	34.412,3
EM PODER DO BANCO CENTRAL	841.195,2	30.072,96	-21.372,0	8.630,9	858.527,0
TOTAL	2.629.595,8	69.920,1	-89.536,7	27.424,6	2.637.403,8

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.
3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.
4. Refere-se aos juros apropriados por competência.
5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional diminuíram R$ 512,5 milhões em relação ao mês anterior, refletindo o menor volume de disponibilidades internas, e o aumento de R$ 6,6 bilhões nos haveres junto aos governos regionais, de R$ 4,5 bilhões nos haveres da administração indireta e de R$ 351,3 milhões nos haveres administrados pela STN.

R$ Milhões

Tabela 20 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Jul/12	Ago/12	Variação %	Ago/11	Ago/12	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	489.040,0	477.064,0	-2,4%	403.164,2	477.064,0	18,3%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	496.197,7	502.778,4	1,3%	480.493,9	502.778,4	4,6%
Lei 9.496/97	381.458,4	387.143,1	1,5%	361.507,8	387.143,1	7,1%
MP 2.185/01	62.108,2	63.214,6	1,8%	58.483,9	63.214,6	8,1%
Lei 8.727/93	23.527,3	23.088,1	-1,9%	30.521,4	23.088,1	-24,4%
Antecipação de Royalties	7.688,4	7.763,3	1,0%	8.987,4	7.763,3	-13,6%
Bônus Renegociados	5.241,5	5.244,2	0,1%	4.728,2	5.244,2	10,9%
Demais Haveres	16.173,9	16.325,1	0,9%	16.265,0	16.325,1	0,4%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	281.023,1	285.554,5	1,6%	250.686,2	285.554,5	13,9%
FAT	162.886,4	165.091,9	1,4%	151.923,8	165.091,9	8,7%
Fundos Regionais	71.373,5	72.047,3	0,9%	63.296,6	72.047,3	13,8%
Demais	46.763,2	48.415,3	3,5%	35.465,8	48.415,3	36,5%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	469.084,5	469.435,8	0,1%	405.568,4	469.435,8	15,7%
TOTAL	1.735.345,3	1.734.832,7	0,0%	1.539.912,6	1.734.832,7	12,7%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Quanto aos haveres junto aos governos regionais, houve aumento de R$ 5,7 bilhões nas dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, de R$ 1,1 bilhão nas dívidas renegociadas ao amparo da MP nº 2.185/01 e redução de R$ 439,2 milhões nas dívidas refinanciadas ao amparo da Lei nº 8.727/93. Nos haveres da administração indireta, houve aumento de R$ 2,2 bilhões no saldo do FAT, de R$ 673,8 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais e de R$ 1,7 bilhão nos saldos dos demais fundos.

Nos saldos dos haveres administrados pela STN, houve aumento de R$ 655,0 milhões no saldo dos haveres de legislação específica e de R$ 397,5 milhões no saldo dos haveres de operações estruturadas. Houve redução de R$ 760,4 milhões nos demais haveres administrados pela STN.

Dívida Externa Líquida

Em agosto de 2012, a Dívida Externa Líquida totalizou R$ 87,8 bilhões, equivalentes a 2,0% do PIB.

R$ Milhões

Tabela 21 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Jul/12	Ago/12	Variação %	Ago/11	Ago/12	Variação %
I. DÍVIDA EXTERNA	88.411,8	88.427,9	0,0%	75.434,5	88.427,9	17,2%
Dívida Mobiliária	76.212,9	76.126,6	-0,1%	61.024,8	76.126,6	24,7%
Euro	4.382,0	4.478,1	2,2%	4.077,2	4.478,1	9,8%
Global US$	58.442,0	58.145,9	-0,5%	45.225,7	58.145,9	28,6%
Global BRL	13.291,4	13.405,2	0,9%	11.595,6	13.405,2	15,6%
Demais	97,4	97,3	-0,1%	126,3	97,3	-23,0%
Dívida Contratual	12.199,0	12.301,3	0,8%	14.409,7	12.301,3	-14,6%
Organismos Internacionais	7.352,7	7.376,5	0,3%	10.370,7	7.376,5	-28,9%
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.846,2	4.924,8	1,6%	4.039,0	4.924,8	21,9%
II. HAVERES EXTERNOS	648,4	596,8	-8,0%	422,5	596,8	41,3%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	648,4	596,8	-8,0%	422,5	596,8	41,3%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	87.763,4	87.831,0	0,1%	75.012,0	87.831,0	17,1%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	2,0%	2,0%		1,8%	2,0%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em agosto, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 87,8 bilhões, apresentando um aumento de R$ 67,6 milhões em relação ao mês anterior. A apropriação de juros totalizou R$ 602,6 milhões no mês e a variação cambial apresentou uma redução de R$ 328,0 milhões. Houve resgate líquido de R$ 258,6 milhões no mesmo período.

R$ Milhões

Tabela 22 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2012

Discriminação	Saldo	Fatores de Variação [2]				Saldo
	Jul/12	Emissões	Resgates [1]	Juros [2]	Variação Cambial	Ago/12
DÍVIDA MOBILIÁRIA [3]	76.212,9	0,0	-312,7	523,5	-297,1	76.126,6
Global US$	58.442,0	0,0	-312,7	378,7	-362,1	58.145,9
Euro	4.382,0	0,0	0,0	30,5	65,6	4.478,1
Global BRL	13.291,4	0,0	0,0	113,8	0,0	13.405,2
Demais	97,4	0,0	0,0	0,5	-0,6	97,3
DÍVIDA CONTRATUAL	12.199,0	102,4	-48,3	79,1	-31,0	12.301,3
Org· Internacionais	7.352,7	56,9	-15,2	27,8	-45,7	7.376,5
Bancos Privados/Agencias Governamentais	4.846,2	45,5	-33,0	51,3	14,8	4.924,8
TOTAL	88.411,8	102,4	-361,0	602,6	-328,0	88.427,9

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.
3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, o acréscimo foi de R$ 12,8 bilhões, passando de R$ 75,0 bilhões, em agosto de 2011, para R$ 87,8 bilhões, em agosto de 2012. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 86,1% (R$ 76,1 bilhões) e a dívida contratual representa 13,9% (R$ 12,3 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional manteve-se estável em relação ao mês anterior. Comparativamente ao ano anterior, houve aumento de 0,2 p.p., passando de 1,8% em agosto de 2011 para 2,0% em agosto de 2012.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores):

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores):

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações:

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FPE – Fundo de Participação de Estados

FPM – Fundo de Participação de Municípios

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)

II - Imposto de Importação

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Paes – Parcelamento Especial

Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TESOURONACIONAL

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL *

R$ milhões

	Ago/2011	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2012
I. RECEITA TOTAL	**74.965,2**	**78.476,1**	**86.715,0**	**79.736,3**	**100.362,3**	**102.443,9**	**77.758,2**	**83.101,9**	**96.812,1**	**81.604,6**	**80.032,2**	**88.359,8**	**81.760,4**
I.1. Receitas do Tesouro	**54.293,8**	**58.472,3**	**65.988,5**	**58.973,7**	**64.710,5**	**82.650,5**	**58.717,5**	**60.652,7**	**74.804,1**	**59.560,9**	**58.188,0**	**65.785,8**	**59.005,1**
I.1.1. Receita Bruta	56.611,4	59.909,5	68.853,8	60.791,5	65.556,4	83.386,8	59.324,5	61.124,5	75.459,6	60.406,8	60.978,0	69.294,1	61.721,6
- Impostos	25.321,3	25.435,0	35.366,3	27.889,0	32.952,3	42.373,8	25.671,4	30.138,5	37.059,4	27.335,1	30.531,6	30.714,5	25.618,4
- Contribuições	23.171,2	22.753,7	25.306,9	23.068,8	22.767,6	30.666,5	22.663,5	23.722,4	25.436,0	22.962,6	24.139,6	26.255,1	24.398,4
- Demais[1]	8.118,9	11.720,8	8.180,5	9.833,7	9.836,5	10.346,5	10.989,6	7.263,6	12.964,2	10.109,1	6.306,7	12.324,5	11.704,8
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.316,7	-1.336,7	-2.841,9	-1.817,9	-845,2	-736,3	-607,0	-439,9	-550,0	-845,9	-2.790,0	-3.508,4	-2.716,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-0,9	-100,4	-23,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	-31,8	-105,5	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	**20.450,9**	**19.793,4**	**20.521,6**	**20.559,0**	**34.699,2**	**19.597,7**	**18.802,3**	**22.221,4**	**21.765,6**	**21.820,9**	**21.631,9**	**22.284,0**	**22.534,6**
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano[2]	19.978,4	19.309,4	20.047,9	20.139,3	34.176,6	19.210,6	18.445,8	21.788,5	21.204,8	21.287,4	21.123,6	21.836,6	22.038,6
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural[2]	472,5	484,0	473,7	419,7	522,6	387,1	356,5	432,9	560,8	533,5	508,3	447,4	496,0
I.3. Receitas do Banco Central	**220,4**	**210,5**	**204,9**	**203,7**	**952,7**	**195,8**	**238,4**	**227,8**	**242,5**	**222,8**	**212,3**	**290,1**	**220,7**
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**14.188,4**	**9.633,4**	**15.247,2**	**15.152,4**	**19.377,7**	**15.622,5**	**18.190,9**	**12.285,9**	**16.557,7**	**18.060,6**	**13.445,8**	**11.474,3**	**14.209,4**
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	9.802,4	7.869,4	10.374,9	10.907,7	15.447,4	11.290,6	13.816,2	9.463,0	11.859,7	13.269,0	11.339,2	8.534,6	9.418,4
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115[3]	162,5	162,5	812,5	812,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	589,6	0,0	0,0	447,9	0,0	0,0	292,2	0,0	0,0	320,8	0,0
II.4. Demais	4.223,5	1.601,5	3.470,2	3.432,2	3.117,8	3.721,4	4.212,2	2.660,4	4.243,3	4.629,1	1.944,1	2.456,4	4.628,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	**60.776,8**	**68.842,7**	**71.467,7**	**64.583,9**	**80.984,6**	**86.821,5**	**59.567,3**	**70.816,0**	**80.254,5**	**63.544,0**	**66.586,3**	**76.885,6**	**67.551,0**
IV. DESPESA TOTAL	**58.236,0**	**63.427,3**	**59.962,4**	**59.873,5**	**78.967,0**	**66.005,5**	**54.194,7**	**63.188,5**	**69.045,6**	**61.766,5**	**65.472,5**	**72.892,0**	**65.967,7**
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais[1]	**13.501,6**	**13.705,6**	**13.530,5**	**15.303,9**	**18.847,0**	**16.318,1**	**14.225,8**	**13.885,1**	**15.977,4**	**14.352,2**	**14.766,1**	**18.199,6**	**14.109,2**
IV.2. Benefícios Previdenciários	**24.376,9**	**29.143,8**	**21.849,8**	**24.775,7**	**29.813,3**	**22.603,1**	**23.945,8**	**23.985,9**	**27.081,2**	**24.394,0**	**24.389,2**	**24.865,0**	**27.470,8**
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano[2]	18.258,9	23.532,0	17.146,9	18.600,1	24.150,4	17.435,8	18.542,7	18.591,2	21.024,9	18.900,7	18.894,4	19.272,9	20.404,8
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural[2]	6.118,0	5.611,9	4.702,9	6.175,6	5.662,9	5.167,3	5.403,1	5.394,7	6.056,4	5.493,3	5.494,8	5.592,1	7.066,0
IV.3. Custeio e Capital	**19.891,7**	**20.118,0**	**24.120,2**	**19.268,4**	**29.402,8**	**26.718,6**	**15.628,5**	**24.834,6**	**25.484,8**	**22.519,7**	**25.849,6**	**29.255,7**	**23.892,0**
IV.3.1. Despesa do FAT	3.113,7	3.242,3	3.435,0	2.414,0	2.847,5	2.345,9	1.539,1	2.773,4	2.179,4	2.514,0	2.837,3	7.813,6	4.317,6
- Abono e Seguro Desemprego	3.059,6	3.216,0	3.410,3	2.371,4	2.784,9	2.315,6	1.507,2	2.729,9	2.155,3	2.489,1	2.810,2	7.775,4	4.276,8
- Demais Despesas do FAT	54,2	26,3	24,7	42,6	62,6	30,3	32,0	43,5	24,2	24,9	27,2	38,2	40,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas[4]	520,2	455,2	1.527,5	605,5	876,9	3.256,2	408,4	626,2	2.071,2	719,2	756,9	594,3	-119,3
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	203,5	165,5	1.425,8	247,2	516,1	2.845,3	85,6	388,3	1.730,3	398,5	289,4	339,9	-399,9
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	316,7	289,6	101,7	358,3	360,8	410,9	322,8	237,9	340,9	320,8	467,5	254,5	280,6
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)[5]	2.092,8	2.098,6	2.113,7	2.112,7	2.121,2	2.301,0	2.425,6	2.441,1	2.447,8	2.463,1	2.459,0	2.475,2	2.481,0
IV.3.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.165,0	14.321,9	17.044,0	14.136,2	23.557,3	18.815,5	11.255,3	18.993,9	18.786,3	16.823,3	19.796,4	18.372,5	17.212,7
- Outras Despesas de Custeio	10.909,6	10.850,6	12.290,0	10.907,4	15.586,0	11.102,3	9.389,0	12.902,2	13.359,8	11.675,9	13.208,4	12.448,0	13.507,6
- Outras Despesas de Capital[6]	3.255,3	3.471,2	4.754,0	3.228,8	7.971,3	7.713,2	1.866,2	6.091,7	5.426,6	5.147,4	6.587,9	5.924,4	3.705,1
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	**187,0**	**181,3**	**185,2**	**185,2**	**175,4**	**158,5**	**186,6**	**192,1**	**182,9**	**189,5**	**175,5**	**247,1**	**186,0**
IV.5. Despesas do Banco Central	**278,8**	**278,6**	**276,8**	**340,3**	**728,4**	**207,2**	**208,1**	**290,8**	**319,3**	**311,2**	**292,0**	**324,6**	**309,7**
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB[7]	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	**2.540,8**	**5.415,4**	**11.505,3**	**4.710,4**	**2.017,6**	**20.816,0**	**5.372,6**	**7.627,5**	**11.208,9**	**1.777,5**	**1.113,8**	**3.993,6**	**1.583,3**
VI.1. Tesouro Nacional	6.525,1	14.834,0	12.905,4	9.063,7	-3.092,6	23.832,8	10.485,7	9.455,0	16.601,3	4.439,0	3.950,8	6.609,1	6.608,5
VI.2. Previdência Social (RGPS)[8]	-3.926,0	-9.350,4	-1.328,1	-4.216,7	4.885,9	-3.005,4	-5.143,4	-1.764,5	-5.315,7	-2.573,1	-2.757,3	-2.581,0	-4.936,2
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano[2]	1.719,4	-4.222,5	2.901,0	1.539,2	10.026,2	1.774,8	-96,8	3.197,3	179,9	2.386,7	2.229,2	2.563,7	1.633,8
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural[2]	-5.645,5	-5.127,9	-4.229,1	-5.755,9	-5.140,3	-4.780,2	-5.046,6	-4.961,8	-5.495,6	-4.959,8	-4.986,5	-5.144,7	-6.570,0
VI.3. Banco Central[9]	-58,3	-68,2	-72,0	-136,6	224,3	-11,4	30,3	-63,0	-76,8	-88,4	-79,7	-34,6	-89,0
VII. AJUSTE METODOLÓGICO[10]	**199,8**	**104,4**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**147,5**	**144,0**	**154,6**	**159,4**	**169,1**	**38,8**	**300,9**	**81,3**
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-709,5**	**462,5**	**-101,4**	**97,7**	**485,3**	**-730,2**	**-200,1**	**-326,0**	**110,8**	**-388,6**	**866,3**	**-459,8**	**0,0**
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)[11]	**2.031,0**	**5.982,2**	**11.403,9**	**4.808,1**	**2.502,9**	**20.233,2**	**5.316,5**	**7.456,1**	**11.479,1**	**1.558,0**	**2.019,0**	**3.834,7**	**0,0**
X. JUROS NOMINAIS[11]	**-19.244,1**	**-11.454,1**	**-14.524,7**	**-13.579,7**	**-15.973,9**	**-18.048,7**	**-14.362,3**	**-17.792,4**	**-11.751,4**	**-11.097,6**	**-9.197,6**	**-11.372,0**	**0,0**
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)[11]	**-17.213,1**	**-5.471,9**	**-3.120,8**	**-8.771,6**	**-13.471,0**	**2.184,4**	**-9.045,8**	**-10.336,3**	**-272,3**	**-9.539,7**	**-7.178,7**	**-7.537,4**	**0,0**
Memo:													
Parcela patronal da CPSS[1]	1.019,2	1.021,8	1.007,8	1.780,0	1.356,6	1.106,3	996,2	1.011,3	1.006,5	1.041,1	1.072,7	1.025,6	1.010,9
RMV[5]	145,0	143,3	142,2	140,7	139,2	150,8	155,8	154,7	153,5	152,6	150,6	149,1	147,8

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

[1] Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
[2] Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.
[3] Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).
[4] Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
[5] Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.
[6] Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência.
[7] Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.
[8] Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.
[9] Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).
[10] Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.
[11] Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TESOURONACIONAL

TABELA A2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R$ milhões

	Ago/2011	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2012
I. RECEITA TOTAL	**74.965,2**	**78.476,1**	**86.715,0**	**79.736,3**	**100.362,3**	**102.443,9**	**77.758,2**	**83.101,9**	**96.812,1**	**81.604,6**	**80.032,2**	**88.359,8**	**81.760,4**
I.1. Receitas do Tesouro	**54.293,8**	**58.472,3**	**65.988,5**	**58.973,7**	**64.710,5**	**82.650,5**	**58.717,5**	**60.652,7**	**74.804,1**	**59.560,9**	**58.188,0**	**65.785,8**	**59.005,1**
I.1.1. Receita Bruta	56.611,4	59.909,5	68.853,8	60.791,5	65.556,4	83.386,8	59.324,5	61.124,5	75.459,6	60.406,8	60.978,0	69.294,1	61.721,6
I.1.1.1. Impostos	25.321,3	25.435,0	35.366,3	27.889,0	32.952,3	42.373,8	25.671,4	30.138,5	37.059,4	27.335,1	30.531,6	30.714,5	25.618,4
IR	16.159,8	15.873,1	25.426,8	18.328,5	23.364,5	32.505,7	17.547,7	21.522,5	27.837,1	17.712,5	21.933,6	21.998,2	16.602,9
IR - Pessoa Física	1.719,3	1.563,8	2.383,7	1.414,9	1.235,7	1.188,2	857,6	992,6	5.716,8	2.390,7	2.233,5	2.110,2	1.858,9
IR - Pessoa Jurídica	6.080,9	5.804,3	12.611,7	6.656,1	6.100,6	17.727,1	8.207,9	10.362,5	11.655,6	5.591,7	6.045,9	10.328,0	5.707,7
IR - Retido na Fonte	8.359,6	8.505,0	10.431,4	10.257,5	16.028,2	13.590,3	8.482,2	10.167,4	10.464,7	9.730,0	13.654,1	9.560,1	9.036,2
IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.076,6	5.330,6	5.199,3	6.577,5	6.248,8	8.278,8	5.467,9	6.803,5	6.109,5	5.872,7	5.703,6	5.638,2	5.555,9
IRRF - Rendimentos do Capital	1.817,7	1.765,1	3.368,9	2.225,4	7.339,8	3.078,8	1.686,4	1.804,9	2.465,3	2.080,3	6.313,1	1.967,3	1.822,7
IRRF - Remessas ao Exterior	884,8	789,1	1.288,1	857,6	1.782,6	1.442,3	707,2	983,2	1.263,9	1.174,8	940,8	1.241,5	982,3
IRRF - Outros Rendimentos	580,5	620,2	575,0	597,0	657,1	790,4	620,7	575,8	626,1	602,2	696,6	713,1	675,3
IPI	3.781,8	4.073,7	4.587,3	4.138,5	4.036,1	4.582,4	3.487,2	3.602,3	4.201,7	4.308,1	3.395,0	3.467,0	3.690,7
IPI - Fumo	297,7	316,2	305,1	316,8	341,2	324,7	300,4	286,9	409,7	632,2	183,3	235,8	303,5
IPI - Bebidas	231,5	263,7	282,1	295,5	203,6	445,9	235,7	252,2	267,1	218,3	242,8	251,2	211,1
IPI - Automóveis	612,6	585,1	714,6	470,3	460,6	751,9	404,4	396,0	452,2	464,5	164,0	177,6	144,6
IPI - Vinculado a importação	1.198,9	1.248,4	1.356,3	1.444,9	1.331,4	1.287,6	1.233,0	1.355,5	1.285,6	1.581,6	1.235,7	1.370,5	1.477,5
IPI - Outros	1.441,0	1.660,3	1.929,2	1.611,0	1.699,4	1.772,2	1.313,8	1.311,8	1.787,1	1.411,6	1.569,2	1.432,0	1.553,9
IOF	2.904,3	2.740,9	2.858,5	2.627,7	2.999,7	2.930,6	2.450,9	2.583,4	2.765,4	2.560,6	2.650,4	2.514,1	2.344,6
Imposto de Importação	2.462,0	2.387,3	2.427,3	2.744,2	2.505,6	2.337,7	2.172,0	2.415,7	2.243,1	2.740,3	2.538,8	2.719,9	2.962,6
Outros	13,3	360,0	66,6	50,1	46,3	17,4	13,6	14,6	12,0	13,6	13,8	15,4	17,6
I.1.1.2. Contribuições	23.171,2	22.753,7	25.306,9	23.068,8	22.767,6	30.666,5	22.663,5	23.722,4	25.436,0	22.962,6	24.139,6	26.255,1	24.398,4
COFINS	13.834,0	13.529,7	13.536,4	13.729,9	13.856,2	14.749,8	12.261,9	12.966,0	14.058,8	13.880,6	14.540,1	14.490,5	15.187,1
CPMF	32,2	7,9	6,4	23,5	17,3	8,4	42,4	4,5	8,5	7,5	42,0	6,5	6,8
CSLL	3.335,1	3.088,4	5.921,9	3.585,0	3.152,4	8.905,2	4.903,9	5.189,7	5.414,7	3.014,8	3.290,4	5.826,5	3.261,5
CIDE-Combustíveis	847,6	911,9	836,5	636,6	426,1	415,7	399,1	436,1	436,9	394,7	426,9	224,1	0,8
Pis/Pasep	3.585,6	3.565,9	3.515,7	3.572,4	3.685,3	3.993,7	3.443,5	3.577,9	3.664,7	3.699,9	3.894,8	3.835,2	3.922,4
Salário Educação	1.043,1	1.218,8	1.058,2	1.059,6	1.104,3	1.934,7	1.145,9	1.119,4	1.114,1	1.132,4	1.161,1	1.152,4	1.183,5
Outras[1]	493,6	431,0	431,8	461,7	526,1	659,0	466,8	428,9	738,4	832,7	784,3	719,8	836,2
I.1.1.3. Demais	8.118,9	11.720,8	8.180,5	9.833,7	9.836,5	10.346,5	10.989,6	7.263,6	12.964,2	10.109,1	6.306,7	12.324,5	11.704,8
CPSS[2]	879,6	955,4	837,3	1.421,7	1.155,9	900,1	856,2	908,6	868,9	945,2	896,4	891,0	886,6
Cota parte de compensações financeiras	1.415,5	1.417,3	4.765,5	1.552,0	1.590,4	5.518,9	1.556,4	1.491,0	5.690,0	1.540,5	1.600,9	5.467,4	1.443,9
Diretamente arrecadadas	2.401,9	2.596,4	2.382,5	3.013,5	2.759,5	3.186,0	2.677,7	2.901,2	5.970,2	2.705,3	3.073,3	3.060,7	2.811,8
Concessões	11,4	14,6	39,6	17,8	2.088,1	317,9	15,5	15,1	35,5	407,6	12,9	54,7	210,8
Dividendos	932,1	4.589,3	9,1	2.100,7	532,7	0,0	4.961,8	3,2	76,6	2.731,7	183,5	2.339,9	5.828,6
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	2.478,5	2.147,8	146,5	1.728,1	1.709,9	423,6	922,1	1.944,5	322,9	1.778,8	539,7	510,7	523,1
I.1.2. (-) Restituições	-2.316,7	-1.336,7	-2.841,9	-1.817,9	-845,2	-736,3	-607,0	-439,9	-550,0	-845,9	-2.790,0	-3.508,4	-2.716,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-0,9	-100,4	-23,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	-31,8	-105,5	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	**20.450,9**	**19.793,4**	**20.521,6**	**20.559,0**	**34.699,2**	**19.597,7**	**18.802,3**	**22.221,4**	**21.765,6**	**21.820,9**	**21.631,9**	**22.284,0**	**22.534,6**
Urbana	19.978,4	19.309,4	20.047,9	20.139,3	34.176,6	19.210,6	18.445,8	21.788,5	21.204,8	21.287,4	21.123,6	21.836,6	22.038,6
Rural	472,5	484,0	473,7	419,7	522,6	387,1	356,5	432,9	560,8	533,5	508,3	447,4	496,0
I.3. Receitas do Banco Central	**220,4**	**210,5**	**204,9**	**203,7**	**952,7**	**195,8**	**238,4**	**227,8**	**242,5**	**222,8**	**212,3**	**290,1**	**220,7**
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**14.188,4**	**9.633,4**	**15.247,2**	**15.152,4**	**19.377,7**	**15.622,5**	**18.190,9**	**12.285,9**	**16.557,7**	**18.060,6**	**13.445,8**	**11.474,3**	**14.209,4**
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	9.802,4	7.869,4	10.374,9	10.907,7	15.447,4	11.290,6	13.816,2	9.463,0	11.859,7	13.269,0	11.339,2	8.534,6	9.418,4
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115[3]	162,5	162,5	812,5	812,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	589,6	0,0	0,0	447,9	0,0	0,0	292,2	0,0	0,0	320,8	0,0
II.4. Demais	4.223,5	1.601,5	3.470,2	3.432,2	3.117,8	3.721,4	4.212,2	2.660,4	4.243,3	4.629,1	1.944,1	2.456,4	4.628,5
II.4.1. Salário Educação	606,0	625,8	731,3	634,8	635,8	602,2	1.160,8	687,5	671,6	668,5	739,8	696,7	691,3
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	2.967,3	934,7	1.186,3	2.732,1	1.161,1	1.271,8	3.033,9	1.349,4	1.181,4	3.337,8	1.188,4	1.134,3	3.313,9
II.4.3. Fundef/Fundeb	634,0	0,0	1.268,0	0,0	1.268,0	1.795,7	0,0	606,9	2.372,9	606,9	0,0	606,9	606,9
II.4.4. Outras	16,1	41,0	284,5	65,3	52,9	51,7	17,5	16,6	17,3	15,9	15,8	18,5	16,5

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração.

[1] A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

[2] Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

[3] Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TESOURONACIONAL

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R$ milhões

	Ago/2011	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2012
I. DESPESA TOTAL	**58.236,0**	**63.427,3**	**59.962,4**	**59.873,5**	**78.967,0**	**66.005,5**	**54.194,7**	**63.188,5**	**69.045,6**	**61.766,5**	**65.472,5**	**72.892,0**	**65.967,7**
I.1. Pessoal e Encargos Sociais[1]	**13.501,6**	**13.705,6**	**13.530,5**	**15.303,9**	**18.847,0**	**16.318,1**	**14.225,8**	**13.885,1**	**15.977,4**	**14.352,2**	**14.766,1**	**18.199,6**	**14.109,2**
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	136,6	161,7	285,7	56,3	153,6	81,2	120,0	178,9	2.255,7	391,6	278,9	339,9	142,5
I.2. Benefícios Previdenciários	**24.376,9**	**29.143,8**	**21.849,8**	**24.775,7**	**29.813,3**	**22.603,1**	**23.945,8**	**23.985,9**	**27.081,2**	**24.394,0**	**24.389,2**	**24.865,0**	**27.470,8**
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano[2]	18.258,9	23.532,0	17.146,9	18.600,1	24.150,4	17.435,8	18.542,7	18.591,2	21.024,9	18.900,7	18.894,4	19.272,9	20.404,8
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	407,3	337,8	247,8	468,3	249,3	114,8	247,2	251,9	2.275,7	292,7	363,2	449,1	205,1
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural[2]	6.118,0	5.611,9	4.702,9	6.175,6	5.662,9	5.167,3	5.403,1	5.394,7	6.056,4	5.493,3	5.494,8	5.592,1	7.066,0
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	137,3	80,9	68,4	156,4	59,0	34,3	72,5	73,5	659,4	85,6	106,3	131,2	71,4
I.3. Custeio e Capital	**19.891,7**	**20.118,0**	**24.120,2**	**19.268,4**	**29.402,8**	**26.718,6**	**15.628,5**	**24.834,6**	**25.484,8**	**22.519,7**	**25.849,6**	**29.255,7**	**23.892,0**
I.3.1. Despesa do FAT	3.113,7	3.242,3	3.435,0	2.414,0	2.847,5	2.345,9	1.539,1	2.773,4	2.179,4	2.514,0	2.837,3	7.813,6	4.317,6
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	3.059,6	3.216,0	3.410,3	2.371,4	2.784,9	2.315,6	1.507,2	2.729,9	2.155,3	2.489,1	2.810,2	7.775,4	4.276,8
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	54,2	26,3	24,7	42,6	62,6	30,3	32,0	43,5	24,2	24,9	27,2	38,2	40,9
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas[3]	520,2	455,2	1.527,5	605,5	876,9	3.256,2	408,4	626,2	2.071,2	719,2	756,9	594,3	-119,3
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	203,5	165,5	1.425,8	247,2	516,1	2.845,3	85,6	388,3	1.730,3	398,5	289,4	339,9	-399,9
Equalização de custeio agropecuário	0,0	0,0	411,0	9,0	9,2	453,2	0,0	86,7	515,5	84,7	8,9	133,7	8,0
Equalização de invest. rural e agroindustrial[4]	-15,9	0,0	-0,4	0,1	0,1	80,7	0,0	-18,3	5,2	0,0	0,2	0,3	-17,4
Política de preços agrícolas	-34,5	15,4	471,2	-20,9	-110,5	373,8	84,9	140,5	158,4	32,5	32,8	-54,5	-53,9
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	34,3	0,2	0,2	53,8	0,0	26,8	76,6	0,5	0,3	14,8	0,3
Equalização Aquisições do Governo Federal	-34,5	-14,6	164,5	-21,1	-31,7	300,0	44,9	63,7	41,8	2,0	-7,4	-109,3	-94,3
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	30,0	272,4	0,0	-79,0	20,0	40,0	50,0	40,0	30,0	40,0	40,0	40,0
Pronaf	-1,8	10,7	153,4	0,3	-2,9	1.546,9	-0,6	68,3	390,3	126,3	21,3	94,4	-528,5
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	133,7	1,3	10,2	1.528,2	0,0	47,3	391,5	114,5	4,8	82,5	41,6
Concessão de Financiamento[5]	-1,8	10,7	19,6	-1,0	-13,1	18,7	-0,6	21,1	-1,1	11,8	16,6	12,0	-570,1
Proex	62,7	61,4	12,6	-2,5	23,5	-34,4	-38,3	62,4	38,5	23,3	86,5	19,8	-12,7
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,9	99,8	29,1	31,0	33,4	45,5	19,3	47,1	36,1	41,9	35,5	34,3	0,9
Concessão de Financiamento[5]	61,8	-38,5	-16,5	-33,5	-9,9	-79,9	-57,7	15,4	2,4	-18,6	51,0	-14,6	-13,5
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)[6]	23,1	0,0	19,1	49,3	206,0	44,6	0,0	0,0	63,3	0,0	70,0	0,0	0,0
Álcool						0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA[5]	125,9	32,8	143,1	42,6	208,5	18,8	0,4	12,6	10,7	83,4	24,9	25,5	59,3
Funcafé	1,2	1,9	2,0	5,1	10,9	11,3	7,3	7,9	8,6	4,8	1,2	2,7	2,4
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	61,4	0,0	-10,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de Sustentação ao Investimento (PSI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	240,0	0,0	0,0	500,0	0,0	0,0	11,7	0,0
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)						37,4	20,6	12,5	15,3	15,8	17,9	17,5	16,8
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)[7]						0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)[5]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-6,7	-5,8	-3,2	-5,0	-5,0	-8,3	0,0	0,0
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)						0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	53,3	0,0
Capitalização à Emgea	42,9	43,4	148,2	148,2	154,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	90,6
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu			65,7	15,8	17,0	17,0	17,1	29,8	29,4	32,7	34,0	35,5	35,5
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	316,7	289,6	101,7	358,3	360,8	410,9	322,8	237,9	340,9	320,8	467,5	254,5	280,6
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)[8]	2.092,8	2.098,6	2.113,7	2.112,7	2.121,2	2.301,0	2.425,6	2.441,1	2.447,8	2.463,1	2.459,0	2.475,2	2.481,0
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.165,0	14.321,9	17.044,0	14.136,2	23.557,3	18.815,5	11.255,3	18.993,9	18.786,3	16.823,3	19.796,4	18.372,5	17.212,7
I.3.5.1. Sentenças Judiciais e Precatórios	38,9	45,3	42,4	40,9	35,4	25,0	39,2	47,2	91,7	1.471,7	1.225,7	69,1	40,9
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	571,0	564,3	570,6	567,3	801,5	604,9	607,4	709,6	641,5	733,8	674,0	693,7	722,6
Legislativo	112,5	96,1	87,0	101,3	122,4	114,4	95,9	126,3	111,8	122,9	106,6	125,8	122,2
Judiciário	458,5	468,2	483,6	466,1	679,2	490,5	511,5	583,3	529,7	610,9	567,4	567,9	600,4
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	305,3	319,9	407,8	142,9	467,1	194,3	151,1	174,2	101,2	159,4	283,6	209,0	274,5
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.856,1	1.258,9	2.831,5	2.014,3	5.193,0	3.114,8	1.016,1	3.890,5	3.316,2	2.860,7	4.415,9	1.658,2	2.061,7
I.3.5.5. Outras Obrigatórias[9]	156,5	120,5	891,5	171,4	407,3	521,7	161,4	922,8	153,0	173,4	491,8	484,5	220,1
I.3.5.6. Discricionárias	11.237,0	12.013,1	12.300,1	11.199,4	16.653,0	14.354,7	9.280,0	13.249,6	14.482,7	11.424,4	12.705,4	15.257,8	13.892,9
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	**187,0**	**181,3**	**185,2**	**185,2**	**175,4**	**158,5**	**186,6**	**192,1**	**182,9**	**189,5**	**175,5**	**247,1**	**186,0**
I.5. Despesas do Banco Central	**278,8**	**278,6**	**276,8**	**340,3**	**728,4**	**207,2**	**208,1**	**290,8**	**319,3**	**311,2**	**292,0**	**324,6**	**309,7**
Memo:													
Parcela patronal da CPSS[1]	1.019,2	1.021,8	1.007,8	1.780,0	1.356,6	1.106,3	996,2	1.011,3	1.006,5	1.041,1	1.072,7	1.025,6	1.010,9
RMV[7]	145,0	143,3	142,2	140,7	139,2	150,8	155,8	154,7	153,5	152,6	150,6	149,1	147,8

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração.

[1] Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
[2] Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.
[3] Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
[4] Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".
[5] Concessão de empréstimos menos retornos.
[6] Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.
[7] Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.
[8] Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.
[9] A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

TESOURONACIONAL

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R$ milhões

	Ago/2011	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2012
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	**92.358,6**	**77.614,4**	**78.793,0**	**93.472,8**	**113.794,7**	**76.641,1**	**93.974,8**	**81.663,1**	**93.850,6**	**92.605,2**	**80.169,5**	**80.659,3**	**88.741,0**
I.1 - Recolhimento Bruto	67.978,0	53.431,3	54.411,6	71.615,5	73.165,4	54.658,8	72.460,9	59.683,1	71.213,9	69.845,9	58.103,6	57.173,9	64.588,9
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-0,9	-100,4	-23,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	-31,8	-105,5	0,0	0,0	-1,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	2.476,9	1.872,5	1.950,4	1.154,7	3.216,1	1.704,3	1.717,0	1.667,1	1.774,1	1.629,6	1.188,7	2.213,7	1.691,5
I.4 - Receita das Operações de Crédito	115,0	142,0	178,3	164,2	170,1	344,8	178,1	179,1	150,5	148,4	151,3	289,1	957,6
I.5 - Receita do Salário Educação	1.155,4	1.182,5	1.177,7	1.175,7	1.229,9	2.153,4	1.272,2	1.239,6	1.230,4	1.253,9	1.285,5	1.276,0	1.311,0
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	20.634,4	21.086,5	21.098,4	19.362,7	36.013,9	17.779,8	18.346,6	18.926,0	19.587,1	19.727,4	19.440,4	19.707,6	20.192,0
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	**91.445,3**	**78.088,1**	**79.288,2**	**99.952,2**	**103.890,5**	**84.887,1**	**91.131,5**	**91.707,9**	**87.409,4**	**97.490,5**	**89.866,0**	**112.234,8**	**99.549,7**
II.1 - Liberações Vinculadas	**17.659,0**	**13.578,2**	**18.077,3**	**18.409,9**	**19.616,0**	**19.337,9**	**22.791,2**	**15.871,3**	**19.515,3**	**21.740,9**	**17.879,0**	**15.240,6**	**19.522,0**
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	10.447,5	8.384,4	11.051,8	11.622,8	16.278,1	12.048,2	14.732,6	10.085,4	12.644,1	14.146,3	12.087,8	9.093,6	10.035,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	3.589,6	1.601,7	2.791,8	3.448,4	1.738,9	2.401,8	4.221,1	2.051,9	2.164,5	4.024,5	1.946,8	2.287,6	3.911,0
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	812,5	812,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	3.459,4	3.429,5	3.421,2	2.526,2	786,5	4.725,4	3.675,0	3.571,5	4.544,3	3.407,6	3.681,8	3.696,9	5.413,2
II.2 - Liberações Ordinárias	**73.786,3**	**64.510,0**	**61.210,9**	**81.542,2**	**84.274,5**	**65.549,2**	**68.340,3**	**75.836,7**	**67.894,1**	**75.749,6**	**71.987,0**	**96.994,2**	**80.027,7**
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.886,0	15.147,2	14.879,9	21.846,4	17.445,1	17.372,7	15.135,3	15.073,7	17.950,5	16.344,9	19.511,5	15.591,5	15.605,1
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	640,3	106,8	94,3	119,4	713,0	1.571,6	99,6	112,9	1.096,9	123,5	170,3	1.092,9	485,0
i) Dívida Contratual Interna	134,4	95,9	94,3	85,9	643,9	66,5	92,5	94,6	96,8	88,9	88,0	91,2	83,5
ii) Dívida Contratual Externa	505,9	10,9	0,0	33,5	69,1	1.505,1	7,1	18,3	1.000,0	34,6	82,3	1.001,7	401,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	6.131,3	2.021,4	2.264,1	8.163,4	3.205,5	2.541,0	8.110,0	5.142,1	2.450,7	7.400,5	50,0	23.584,9	10.700,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	27.880,7	25.859,5	20.975,6	28.542,9	25.779,8	23.316,3	24.174,5	28.951,3	21.759,2	24.177,3	24.226,6	30.585,0	25.708,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	24.126,3	21.218,9	22.180,1	22.723,3	36.878,0	18.192,0	20.679,6	26.158,2	23.444,7	27.305,8	27.671,5	25.702,3	27.216,7
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	121,7	156,1	816,9	146,8	253,1	2.555,6	141,3	398,5	1.192,1	397,7	357,0	437,6	312,2
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	**913,3**	**-473,7**	**-495,1**	**-6.479,4**	**9.904,2**	**-8.246,0**	**2.843,3**	**-10.044,8**	**6.441,2**	**-4.885,3**	**-9.696,5**	**-31.575,6**	**-10.808,8**
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	**22.800,0**	**22.780,5**	**23.797,4**	**32.189,9**	**19.704,7**	**82.376,3**	**77.693,0**	**28.755,6**	**34.170,8**	**29.070,2**	**24.091,3**	**35.092,9**	**26.420,6**
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	21.346,7	21.489,0	22.203,3	29.396,2	17.915,3	80.449,5	74.995,9	26.951,0	32.250,5	27.554,6	22.598,1	32.985,4	24.756,2
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.453,3	1.291,5	1.594,0	2.793,7	1.789,5	1.926,8	2.697,1	1.804,6	1.920,3	1.515,6	1.493,3	2.107,5	1.664,4
V. DESPESAS	**734,4**	**7.080,7**	**26.569,9**	**18.609,2**	**18.733,8**	**110.320,4**	**600,8**	**23.853,3**	**25.800,2**	**1.099,1**	**1.358,1**	**118.093,7**	**40.423,9**
V.1 - Amortização da Dívida Interna	322,4	7.051,4	26.569,6	15.593,2	18.544,5	109.107,2	584,2	23.812,2	23.000,0	1.040,4	1.086,0	117.591,2	40.423,7
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	72,3	6.810,8	26.312,0	15.353,1	18.151,3	108.939,0	350,1	23.577,1	22.760,5	805,3	850,0	117.296,8	40.189,5
V.1.2 - Dívida Contratual	250,1	240,6	257,6	240,1	393,2	168,2	234,1	235,1	239,5	235,2	236,0	294,4	234,2
V.2 - Amortização da Dívida Externa	412,0	29,3	0,3	3.016,0	189,3	1.213,2	16,6	41,1	2.800,2	58,6	272,1	502,5	0,2
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)	**21.274,4**	**14.678,2**	**-4.108,7**	**14.043,1**	**-236,1**	**-28.489,5**	**74.645,8**	**3.373,9**	**9.490,0**	**26.749,3**	**21.748,1**	**-84.311,5**	**-15.433,4**
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**19.105,3**	**8.745,8**	**13.458,5**	**6.726,6**	**-256,1**	**-16.904,7**	**12.058,1**	**52.629,9**	**32.789,7**	**1.730,8**	**5.299,7**	**-19.048,7**	**14.410,1**
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	**42.084,1**	**23.971,9**	**10.190,8**	**13.827,9**	**10.619,0**	**-53.094,7**	**91.993,6**	**47.487,4**	**47.601,4**	**24.816,7**	**18.336,5**	**-133.625,1**	**-10.402,0**

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TESOURONACIONAL

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R$ milhões

	Ago/2011	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2012
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**22.905,3**	**8.745,8**	**25.958,5**	**26.539,4**	**29.899,0**	**4.095,3**	**18.058,1**	**107.629,9**	**32.789,7**	**5.059,6**	**5.299,7**	**18.941,7**	**34.267,9**
I.1. Emissão de Títulos	7.003,9	4.808,5	21.682,0	22.489,2	25.071,8	0,0	14.182,6	0,0	28.447,5	0,0	0,0	15.061,1	30.073,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.274,8	3.766,3	4.124,0	3.910,8	4.640,9	3.718,0	3.530,9	3.863,0	4.067,5	4.835,9	5.076,8	3.706,8	4.057,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	178,5	171,0	152,5	139,5	186,3	377,3	344,6	282,8	274,6	223,7	223,0	173,9	137,3
I.4. Resultado do Banco Central	12.448,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	103.484,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	**3.800,0**	**0,0**	**12.500,0**	**19.812,9**	**30.155,2**	**21.000,0**	**6.000,0**	**55.000,0**	**0,0**	**3.328,8**	**0,0**	**37.990,4**	**19.857,8**
II.1. Resgate de Títulos	0,0	0,0	12.008,5	17.787,4	24.978,0	18.000,0	0,0	43.965,8	0,0	0,0	0,0	28.816,1	15.694,1
II.2. Encargos da DPMF	3.800,0	0,0	491,5	2.025,5	5.177,2	3.000,0	6.000,0	11.034,2	0,0	3.328,8	0,0	9.174,3	4.163,6
III. RESULTADO (I - II)	**19.105,3**	**8.745,8**	**13.458,5**	**6.726,6**	**-256,1**	**-16.904,7**	**12.058,1**	**52.629,9**	**32.789,7**	**1.730,8**	**5.299,7**	**-19.048,7**	**14.410,1**

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TESOURONACIONAL

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Ago/11	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago/12
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**847.683,6**	**844.542,8**	**847.731,2**	**850.597,7**	**853.411,2**	**906.762,3**	**964.736,3**	**863.552,0**	**857.612,2**	**862.077,7**	**869.256,7**	**871.542,2**	**880.432,0**
I.1. DÍVIDA INTERNA	**2.387.596,2**	**2.430.981,4**	**2.456.348,2**	**2.485.834,4**	**2.517.419,4**	**2.495.317,6**	**2.593.004,3**	**2.561.689,5**	**2.614.426,8**	**2.658.505,4**	**2.715.519,3**	**2.606.887,5**	**2.615.264,7**
DPMFi em Poder do Público\1	1.692.957,5	1.723.918,3	1.732.624,8	1.752.613,4	1.783.060,6	1.724.320,5	1.760.186,6	1.775.901,2	1.794.708,1	1.833.120,3	1.881.652,0	1.788.400,6	1.778.876,8
DPMFi em Poder do Banco Central	711.318,9	723.190,8	739.455,6	749.061,1	751.837,2	791.340,1	854.291,8	807.570,3	842.898,3	848.794,9	857.658,0	841.195,2	858.527,0
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-28.320,6	-27.495,6	-26.781,4	-26.610,6	-27.248,9	-29.806,0	-30.625,1	-30.650,7	-31.726,1	-31.637,1	-31.672,1	-30.189,9	-29.260,6
Demais Obrigações Internas	11.640,4	11.367,9	11.049,2	10.770,6	9.770,5	9.463,0	9.151,1	8.868,8	8.546,4	8.227,3	7.881,4	7.481,6	7.121,5
I.2. HAVERES INTERNOS	**1.539.912,6**	**1.586.438,6**	**1.608.617,0**	**1.635.236,8**	**1.664.008,2**	**1.588.555,3**	**1.628.268,0**	**1.698.137,5**	**1.756.814,6**	**1.796.427,7**	**1.846.262,5**	**1.735.345,3**	**1.734.832,7**
Disponibilidades Internas	403.164,2	435.095,3	456.418,1	474.835,5	476.209,6	396.952,5	433.980,2	496.530,6	547.899,2	573.373,9	603.820,7	489.040,0	477.064,0
Haveres junto aos Governos Regionais	480.493,9	483.523,5	485.580,8	486.564,7	486.316,1	484.195,9	484.254,8	483.994,7	485.791,2	490.313,8	494.630,8	496.197,7	502.778,4
Haveres da Administração Indireta	250.686,2	253.062,8	255.821,1	258.179,8	264.839,5	263.867,8	266.435,3	269.691,2	272.968,5	277.214,4	281.170,4	281.023,1	285.554,5
Haveres Administrados pela STN	405.568,4	414.757,0	410.797,1	415.656,7	436.643,0	443.539,1	443.597,7	447.921,0	450.155,6	455.525,6	466.640,7	469.084,5	469.435,8
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	**75.012,0**	**84.330,1**	**73.533,4**	**80.519,9**	**82.877,8**	**76.507,1**	**75.481,7**	**79.636,0**	**85.265,3**	**88.322,5**	**88.450,0**	**87.763,4**	**87.831,0**
II.1. DÍVIDA EXTERNA	**75.434,5**	**84.821,3**	**73.937,1**	**80.925,2**	**83.292,6**	**76.794,2**	**75.851,2**	**80.032,6**	**85.733,2**	**88.906,6**	**89.049,6**	**88.411,8**	**88.427,9**
Dívida Mobiliária	61.024,8	68.201,2	63.500,0	69.383,6	71.722,5	66.211,6	65.437,6	69.010,3	74.501,0	76.761,6	77.193,2	76.212,9	76.126,6
Dívida Contratual	14.409,7	16.620,1	10.437,1	11.541,6	11.570,1	10.582,6	10.413,6	11.022,2	11.232,2	12.145,0	11.856,5	12.199,0	12.301,3
II.2. HAVERES EXTERNOS	**422,5**	**491,2**	**403,8**	**405,3**	**414,9**	**287,1**	**369,5**	**396,6**	**467,9**	**584,2**	**599,7**	**648,4**	**596,8**
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9	287,1	369,5	396,6	467,9	584,2	599,7	648,4	596,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	**922.695,6**	**928.872,9**	**921.264,6**	**931.117,5**	**936.288,9**	**983.269,4**	**1.040.218,0**	**943.188,0**	**942.877,5**	**950.400,2**	**957.706,7**	**959.305,7**	**968.263,0**
DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB\2	**22,8%**	**22,8%**	**22,5%**	**22,6%**	**22,6%**	**23,6%**	**24,9%**	**22,4%**	**22,2%**	**22,3%**	**22,4%**	**22,3%**	**22,3%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
\1 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.
\2 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TESOURONACIONAL

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Ago/11	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/12
I. DÍVIDA INTERNA	**2.387.596,2**	**2.430.981,4**	**2.456.348,2**	**2.485.834,4**	**2.517.419,4**	**2.495.317,6**	**2.593.004,3**	**2.561.689,5**	**2.614.426,8**	**2.658.505,4**	**2.715.519,3**	**2.606.887,5**	**2.615.264,7**
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO\1	**1.692.957,5**	**1.723.918,3**	**1.732.624,8**	**1.752.613,4**	**1.783.060,6**	**1.724.320,5**	**1.760.186,6**	**1.775.901,2**	**1.794.708,1**	**1.833.120,3**	**1.881.652,0**	**1.788.400,6**	**1.778.876,8**
LFT	560.437,3	560.610,9	565.160,1	564.728,6	548.664,1	556.027,0	497.750,4	475.496,3	477.900,2	482.171,0	447.403,9	448.270,3	449.051,3
LTN	347.775,0	365.593,4	357.675,9	380.993,8	402.376,0	426.579,9	470.872,9	491.030,2	489.538,8	512.075,8	541.623,5	443.439,5	464.647,6
NTN-B	432.793,1	441.275,3	451.146,4	443.606,0	453.528,8	466.263,1	503.107,9	514.458,6	527.459,5	532.333,2	570.305,0	580.640,7	546.043,8
NTN-C	61.341,7	61.667,8	61.632,2	62.143,9	62.443,1	60.893,7	61.103,1	61.848,2	62.153,7	63.311,0	64.210,6	63.517,2	64.984,1
NTN-F	256.328,2	260.177,6	263.372,6	266.926,7	280.253,1	179.929,7	193.041,5	198.190,5	202.377,7	207.175,2	222.046,9	216.224,4	219.737,8
Dívida Securitizada	10.086,4	8.982,5	9.009,8	8.989,6	9.718,6	9.557,3	9.562,5	9.642,7	9.601,9	9.561,9	9.517,7	9.482,4	8.364,5
Demais Títulos em Poder do Público	24.195,8	25.610,8	24.627,8	25.224,9	26.076,9	25.069,8	24.748,3	25.234,7	25.676,3	26.492,1	26.544,4	26.826,2	26.047,7
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	**711.318,9**	**723.190,8**	**739.455,6**	**749.061,1**	**751.837,2**	**791.340,1**	**854.291,8**	**807.570,3**	**842.898,3**	**848.794,9**	**857.658,0**	**841.195,2**	**858.527,0**
LFT	248.068,6	250.404,0	252.611,6	254.784,4	226.960,1	228.981,4	230.695,2	177.356,1	178.618,0	219.718,9	221.994,2	182.331,6	239.375,8
LTN	133.125,4	139.435,9	128.285,5	134.447,9	148.876,8	184.218,9	200.206,1	202.302,8	217.440,3	179.947,4	181.101,0	207.473,4	183.592,1
Demais Títulos na Carteira do BCB	330.124,8	333.351,0	358.558,5	359.828,8	376.000,3	378.139,8	423.390,5	427.911,3	446.840,1	449.128,7	454.562,8	451.390,2	435.559,1
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	**-28.320,6**	**-27.495,6**	**-26.781,4**	**-26.610,6**	**-27.248,9**	**-29.806,0**	**-30.625,1**	**-30.650,7**	**-31.726,1**	**-31.637,1**	**-31.672,1**	**-30.189,9**	**-29.260,6**
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	**11.640,4**	**11.367,9**	**11.049,2**	**10.770,6**	**9.770,5**	**9.463,0**	**9.151,1**	**8.868,8**	**8.546,4**	**8.227,3**	**7.881,4**	**7.481,6**	**7.121,5**
II. DÍVIDA EXTERNA	**75.434,5**	**84.821,3**	**73.937,1**	**80.925,2**	**83.292,6**	**76.794,2**	**75.851,2**	**80.032,6**	**85.733,2**	**88.906,6**	**89.049,6**	**88.411,8**	**88.427,9**
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	**61.024,8**	**68.201,2**	**63.500,0**	**69.383,6**	**71.722,5**	**66.211,6**	**65.437,6**	**69.010,3**	**74.501,0**	**76.761,6**	**77.193,2**	**76.212,9**	**76.126,6**
Euro	4.077,2	4.236,1	4.038,2	4.198,4	4.214,5	3.984,0	3.927,0	4.202,2	4.356,6	4.382,8	4.414,8	4.382,0	4.478,1
Global US$	45.225,7	52.148,0	47.547,1	53.153,9	55.362,7	50.628,8	49.807,8	53.022,9	55.118,3	58.612,1	58.894,0	58.442,0	58.145,9
Global BRL	11.595,6	11.701,9	11.809,3	11.917,7	12.027,1	11.488,6	11.594,0	11.700,4	14.937,6	13.671,6	13.788,9	13.291,4	13.405,2
Demais Títulos Externos	126,3	115,1	105,4	113,6	118,2	110,2	108,8	84,9	88,5	95,1	95,6	97,4	97,3
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	**14.409,7**	**16.620,1**	**10.437,1**	**11.541,6**	**11.570,1**	**10.582,6**	**10.413,6**	**11.022,2**	**11.232,2**	**12.145,0**	**11.856,5**	**12.199,0**	**12.301,3**
Organismos Multilaterais	10.370,7	12.046,9	6.312,1	6.726,4	6.913,0	6.396,5	6.302,1	6.638,6	6.810,1	7.291,1	7.217,6	7.352,7	7.376,5
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.039,0	4.573,2	4.125,0	4.815,2	4.657,1	4.186,1	4.111,6	4.383,6	4.422,0	4.853,9	4.638,8	4.846,2	4.924,8
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	**2.463.030,7**	**2.515.802,7**	**2.530.285,3**	**2.566.759,6**	**2.600.712,0**	**2.572.111,8**	**2.668.855,6**	**2.641.722,1**	**2.700.159,9**	**2.747.412,0**	**2.804.568,9**	**2.695.299,4**	**2.703.692,6**
DIVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB\2	**60,7%**	**61,7%**	**61,7%**	**62,3%**	**62,8%**	**61,8%**	**63,8%**	**62,7%**	**63,6%**	**64,5%**	**65,6%**	**62,6%**	**62,4%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
\1 Inclui TDA e dívida securitizada.
\2 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TESOURONACIONAL

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Ago/11	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/12
I. HAVERES INTERNOS	**1.539.912,6**	**1.586.438,6**	**1.608.617,0**	**1.635.236,8**	**1.664.008,2**	**1.588.555,3**	**1.628.268,0**	**1.698.137,5**	**1.756.814,6**	**1.796.427,7**	**1.846.262,5**	**1.735.345,3**	**1.734.832,7**
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	**403.164,2**	**435.095,3**	**456.418,1**	**474.835,5**	**476.209,6**	**396.952,5**	**433.980,2**	**496.530,6**	**547.899,2**	**573.373,9**	**603.820,7**	**489.040,0**	**477.064,0**
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	**480.493,9**	**483.523,5**	**485.580,8**	**486.564,7**	**486.316,1**	**484.195,9**	**484.254,8**	**483.994,7**	**485.791,2**	**490.313,8**	**494.630,8**	**496.197,7**	**502.778,4**
Bônus Renegociados	4.728,2	5.505,0	4.738,9	5.149,3	5.287,0	4.892,3	4.787,9	4.944,9	4.836,1	5.184,0	5.216,4	5.241,5	5.244,2
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.960,0	1.934,4	1.907,5	1.880,6	1.854,4	1.829,5	1.802,5	1.780,9	1.756,9	1.734,0	1.707,0	1.685,8	1.665,1
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.819,9	11.858,1	11.912,7	11.925,7	11.942,0	11.906,8	11.907,1	11.879,8	11.910,4	11.995,3	12.067,4	12.113,1	12.259,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	30.521,4	30.140,7	29.738,8	29.360,7	26.983,0	26.511,6	26.046,2	25.561,1	25.085,5	24.643,4	24.193,8	23.527,3	23.088,1
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	361.507,8	363.607,3	366.234,8	367.684,0	369.357,5	368.404,4	370.187,7	370.239,3	372.111,1	375.837,7	379.556,4	381.458,4	387.143,1
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	58.483,9	58.939,8	59.490,8	58.951,1	59.271,6	59.256,8	59.570,4	59.725,0	60.174,5	60.900,1	61.815,0	62.108,2	63.214,6
Antecipação de Royalties	8.987,4	9.018,2	9.050,7	9.069,2	9.065,6	8.865,3	7.661,5	7.574,1	7.608,2	7.673,5	7.700,7	7.688,4	7.763,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.485,1	2.519,9	2.506,5	2.544,1	2.555,0	2.529,1	2.291,5	2.289,5	2.308,5	2.345,9	2.374,1	2.374,9	2.401,0
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**250.686,2**	**253.062,8**	**255.821,1**	**258.179,8**	**264.839,5**	**263.867,8**	**266.435,3**	**269.691,2**	**272.968,5**	**277.214,4**	**281.170,4**	**281.023,1**	**285.554,5**
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	151.923,8	152.804,8	153.621,8	154.522,7	158.477,7	156.767,2	157.790,6	159.905,6	161.604,5	163.729,8	165.407,9	162.886,4	165.091,9
Fundos Constitucionais Regionais	63.296,6	63.830,1	64.716,0	65.350,5	66.175,8	66.844,6	67.763,5	68.477,8	69.254,6	70.148,2	70.770,8	71.373,5	72.047,3
Fundos Diversos	35.465,8	36.427,9	37.483,2	38.306,6	40.185,9	40.256,0	40.881,2	41.307,8	42.109,4	43.336,4	44.991,7	46.763,2	48.415,3
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	**405.568,4**	**414.757,0**	**410.797,1**	**415.656,7**	**436.643,0**	**443.539,1**	**443.597,7**	**447.921,0**	**450.155,6**	**455.525,6**	**466.640,7**	**469.084,5**	**469.435,8**
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.677,4	5.699,0	5.705,4	5.710,6	5.712,3	5.720,9	5.724,1	5.726,4	5.729,2	5.733,1	5.736,7	5.740,0	5.745,0
Haveres de Operações Estruturadas	54.209,8	56.650,8	55.891,4	57.330,3	59.978,6	58.877,6	58.810,2	60.174,4	60.834,7	62.276,3	62.610,5	62.879,4	63.276,9
Haveres Originários de Privatizações	7.753,2	8.210,5	8.204,5	8.198,0	8.191,4	8.185,3	8.179,0	8.171,7	8.165,7	8.158,5	8.151,7	8.526,2	8.580,4
Haveres de Legislação Específica	311.535,9	317.162,6	314.604,1	317.943,9	336.235,0	344.487,9	344.741,2	347.408,9	348.774,8	352.299,0	363.161,3	364.882,5	365.537,5
Demais Haveres Administrados pela STN	26.392,0	27.034,0	26.391,6	26.474,0	26.525,8	26.267,4	26.143,2	26.439,6	26.651,2	27.058,6	26.980,5	27.056,3	26.295,9
II. HAVERES EXTERNOS	**422,5**	**491,2**	**403,8**	**405,3**	**414,9**	**287,1**	**369,5**	**396,6**	**467,9**	**584,2**	**599,7**	**648,4**	**596,8**
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9	287,1	369,5	396,6	467,9	584,2	599,7	648,4	596,8
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	**1.540.335,2**	**1.586.929,9**	**1.609.020,7**	**1.635.642,0**	**1.664.423,1**	**1.588.842,4**	**1.628.637,6**	**1.698.534,1**	**1.757.282,5**	**1.797.011,8**	**1.846.862,2**	**1.735.993,7**	**1.735.429,6**
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB[\1]	**38,0%**	**38,9%**	**39,2%**	**39,7%**	**40,2%**	**38,2%**	**38,9%**	**40,3%**	**41,4%**	**42,2%**	**43,2%**	**40,4%**	**40,0%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
\1 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TESOURONACIONAL

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO AGOSTO 2012/2011 *

R$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2011						2012					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano[1]			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano[1]		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos[2]	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [2]	Total
Câmara dos Deputados	207.035,0	20.426,4	8.532,6	8.516,0	35.189,9	43.705,8	207.824,3	14.362,9	5.581,0	4.528,90	29.296,3	33.825,2
Senado Federal	57.216,5	7.307,8	3.014,1	2.979,8	18.197,8	21.177,6	55.292,7	7.596,6	2.592,6	2.592,6	10.034,6	12.627,2
Tribunal de Contas da União	51.115,2	17.208,3	2.591,0	2.591,0	33.997,9	36.588,9	48.953,9	14.106,0	7.606,6	7.606,6	12.003,7	19.610,3
Supremo Tribunal Federal	57.928,3	6.860,6	2.378,6	2.371,8	17.122,3	19.494,0	52.130,3	10.323,0	4.868,1	4.864,0	13.242,4	18.106,4
Superior Tribunal de Justiça	26.210,4	2.925,6	927,6	892,5	2.142,4	3.034,9	31.325,7	7.595,1	5.529,3	5.529,3	16.057,9	21.587,2
Justiça Federal	308.978,5	391.988,6	348.282,6	347.774,2	142.713,6	490.487,8	271.224,4	462.441,1	425.281,0	424.881,9	174.018,5	598.900,3
Justiça Militar	12.292,0	1.954,9	801,9	799,5	3.013,0	3.812,5	17.235,0	4.094,9	1.261,1	1.260,9	4.233,2	5.494,1
Justiça Eleitoral	242.038,0	28.047,6	8.237,6	8.059,7	139.415,0	147.474,7	263.367,3	41.993,4	10.629,6	9.504,5	153.237,2	162.741,7
Justiça do Trabalho	293.958,4	96.241,8	27.205,7	24.773,3	112.608,8	137.382,2	564.758,0	144.593,6	35.024,7	31.797,3	130.296,0	162.093,3
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	120.571,4	21.970,4	5.183,2	5.161,8	18.486,2	23.648,0	104.345,7	42.503,3	11.372,0	11.218,3	35.114,5	46.332,8
Conselho Nacional de Justiça	70.173,2	11.191,5	5.313,0	5.312,8	58.970,0	64.282,8	58.442,9	3.171,8	1.768,9	1.766,2	68.323,0	70.089,2
Presidência da República[3]	1.620.826,0	292.834,6	85.241,6	73.505,1	661.341,7	734.846,8	2.213.890,4	791.058,8	644.649,3	595.500,1	355.715,9	951.216,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	187.480,2	5.020,7	781,3	773,7	246.071,1	246.844,8	1.915.640,9	7.987,9	1.321,8	1.211,6	85.862,0	87.073,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.212.294,4	71.417,4	39.512,7	21.710,7	457.813,7	479.524,4	1.834.358,6	322.167,0	43.730,1	21.110,3	421.239,2	442.349,4
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.294.797,0	476.382,9	216.491,4	148.951,4	442.433,5	591.384,9	1.923.727,2	531.753,1	211.336,7	183.026,2	498.843,4	681.869,6
Ministério da Fazenda	1.547.460,2	483.665,6	186.352,2	185.211,5	542.452,7	727.664,2	1.058.155,7	375.111,3	133.191,5	132.362,2	797.758,8	930.121,0
Ministério da Educação	9.241.175,4	3.642.819,8	1.003.698,8	936.585,5	3.496.197,2	4.432.782,7	14.589.361,1	6.516.848,5	3.354.944,1	3.264.101,2	3.940.859,1	7.204.960,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	67.405,3	7.056,0	2.144,1	1.882,3	13.611,8	15.494,1	213.333,8	20.241,3	11.429,5	11.242,9	38.484,0	49.726,9
Ministério da Justiça	1.500.715,4	98.263,1	43.413,3	43.328,7	319.960,7	363.289,5	2.191.140,0	262.523,5	39.668,5	28.915,6	351.726,8	380.642,4
Ministério de Minas e Energia	198.523,1	14.444,8	4.819,4	4.247,0	26.617,0	30.864,0	124.821,4	37.602,5	10.421,1	9.812,9	23.626,6	33.439,5
Ministério da Previdência Social	138.769,2	21.798,8	4.270,6	3.708,1	141.735,3	145.443,4	277.418,4	78.621,7	12.811,5	10.229,6	55.557,7	65.787,3
Ministério Público da União	298.841,0	35.500,5	12.945,6	12.839,5	111.217,7	124.057,3	209.780,9	17.598,5	5.671,8	5.652,0	210.278,7	215.930,7
Ministério das Relações Exteriores	66.965,0	6.988,7	6.631,9	6.631,5	1.257,8	7.889,3	72.070,0	28.954,7	27.309,4	27.309,4	1.407,4	28.716,9
Ministério da Saúde	5.104.110,3	1.030.306,4	243.895,4	240.981,0	1.343.419,2	1.584.400,2	10.396.922,1	2.557.886,9	641.541,9	634.992,8	1.740.978,1	2.375.970,9
Ministério do Trabalho e Emprego	93.560,6	10.474,4	2.071,7	2.025,4	19.489,8	21.515,1	90.043,3	14.765,0	5.573,3	5.573,3	15.439,2	21.012,4
Ministério dos Transportes	17.438.071,1	8.327.865,0	2.464.720,5	2.420.850,1	6.435.722,6	8.856.572,7	17.784.813,1	7.072.897,5	1.294.932,2	1.266.443,4	4.470.933,8	5.737.377,2
Ministério das Comunicações	348.751,4	66.107,0	1.985,5	1.985,0	134.721,8	136.706,8	451.559,0	9.889,8	1.823,4	1.426,3	51.588,8	53.015,1
Ministério da Cultura	559.202,7	20.635,2	2.748,7	2.738,0	66.399,2	69.137,2	649.145,9	328.598,0	24.475,0	24.341,4	61.512,6	85.853,9
Ministério do Meio Ambiente	295.774,4	20.771,8	6.785,6	6.374,9	33.924,3	40.299,2	244.830,2	24.135,4	3.174,7	3.126,1	37.602,7	40.728,8
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.986.100,9	481.721,3	274.736,0	274.736,0	352.424,8	627.160,8	3.535.486,4	329.538,3	198.301,9	193.085,1	525.343,7	718.428,9
Ministério do Esporte	1.441.920,3	17.982,9	2.681,4	2.681,4	87.291,4	89.972,8	1.469.869,1	323.468,0	444,6	444,6	251.744,1	252.188,7
Ministério da Defesa	6.905.274,3	3.527.474,5	1.187.246,9	1.159.592,8	3.136.495,2	4.296.088,0	11.409.321,8	5.267.276,4	2.408.554,8	2.346.827,9	2.133.757,9	4.480.585,9
Ministério da Integração Nacional	4.912.843,4	1.024.965,1	451.001,0	442.691,9	1.662.446,7	2.105.138,6	6.782.288,7	2.181.607,3	719.985,2	718.710,7	1.410.113,5	2.128.824,2
Ministério do Turismo	2.644.014,8	31.856,3	664,9	664,9	285.439,4	286.104,2	1.907.944,5	370.972,1	3.232,9	3.232,9	576.406,3	579.639,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	215.741,0	98.316,4	53.799,7	53.799,7	92.415,4	146.215,0	1.172.864,4	358.468,6	161.936,0	161.936,0	355.642,5	517.578,5
Ministério das Cidades	17.087.020,1	1.608.421,1	253.055,0	251.799,3	5.747.648,8	5.999.448,1	17.982.359,6	7.325.958,7	2.635.395,7	2.632.042,4	10.563.902,9	13.195.945,3
Ministério da Pesca e Agricultura	286.369,5	17.162,7	113,6	113,6	54.428,6	54.542,1	125.848,5	5.197,5	539,2	539,2	47.148,1	47.687,3
Conselho Nacional do Ministério Público	286.369,5	265,6	36,9	36,9	854,3	891,2	18.511,8	338,3	7,4	7,4	4.567,7	4.575,1
TOTAL	**78.427.893,4**	**22.046.642,1**	**6.964.313,4**	**6.709.678,1**	**26.495.688,4**	**33.205.366,5**	**102.320.407,1**	**35.914.248,3**	**13.107.918,7**	**12.788.754,1**	**29.673.898,5**	**42.462.652,6**

Dados sujeitos à alteração.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

[1] "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

[2] Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

[3] Inclui 'Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

TESOURONACIONAL

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação
Fundos de Participação dos
Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVII - nº 8 - Internet: http://www.tesouro.fazenda.gov.br

AGOSTO / 2012

Comentários

Em agosto de 2012 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 10,3%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R$ 7.238.052,1 (mil), ante R$ 6.559.302 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

R$ Mil

Origens	2011			2012			Variação Nominal		
	Agosto	Agosto	Até Agosto	Julho	Agosto	Até Agosto	Ago/12 Jul /12	Ago/12 Ago/11	até Ago 12/11
FPM	3.752.371,9	3.870.638,6	33.879.580,8	3.354.188,6	3.701.276,7	35.294.123,9	10,3%	-4,4%	4,2%
FPE	3.585.599,6	3.698.610,1	32.373.820,4	3.205.113,4	3.536.775,4	33.725.495,0	10,3%	-4,4%	4,2%
IPI-Exp	271.733,1	272.678,0	2.204.518,6	268.367,4	296.630,2	2.173.039,2	10,5%	8,8%	-1,4%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
AGOSTO	+7,0%	10,3%	+7,0%	10,3%	+7,0%	10,5%

Estimativa Trimestral

FUNDOS	SET/AGO	OUT/SET	NOV/OUT
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	-16%	+26%	+23%
IPI - EXP	-6%	+20%	+16%

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/07/2012 a 20/08/2012, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JUL/3º DEC	2.440.586	9.606.024	12.046.610	AGO/1º DEC	2.072.017	2.168.390	195.247	**4.435.653**
AGO/1º DEC	814.112	1.176.455	1.990.568	AGO/2º DEC	342.378	358.302	65.129	**765.809**
AGO/2º DEC	453.179	6.072.291	6.525.470	AGO/3º DEC	1.122.381	1.174.585	36.254	**2.333.220**
TOTAL	**3.707.877**	**16.854.771**	**20.562.648**	**TOTAL**	**3.536.775**	**3.701.277**	**296.630**	**7.534.682**

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	18.363,5	120.993,1	28,3
ALAGOAS	AL	88.099,6	147.133,4	414,5
AMAZONAS	AM	54.749,8	98.690,2	2.145,5
AMAPÁ	AP	13.160,4	120.674,8	504,5
BAHIA	BA	336.593,8	332.322,5	15.455,7
CEARÁ	CE	193.060,7	259.489,7	1.943,0
DISTRITO FEDERAL	DF	6.220,6	24.410,8	291,1
ESPÍRITO SANTO	ES	65.246,6	53.051,6	18.139,6
GOIÁS	GO	135.044,4	100.554,1	4.925,4
MARANHÃO	MA	153.957,4	255.291,5	2.931,5
MINAS GERAIS	MG	484.893,8	157.545,7	44.889,4
MATO GROSSO DO SUL	MS	56.197,4	47.109,8	4.133,7
MATO GROSSO	MT	67.548,0	81.625,2	3.429,0
PARÁ	PA	136.152,5	216.167,7	19.090,7
PARAÍBA	PB	119.577,3	169.372,6	316,0
PERNAMBUCO	PE	185.636,5	244.044,6	1.400,7
PIAUÍ	PI	98.115,4	152.838,2	66,9
PARANÁ	PR	251.441,4	101.972,3	22.381,7
RIO DE JANEIRO	RJ	111.566,9	54.031,3	53.212,9
RIO GRANDE DO NORTE	RN	93.232,3	147.762,9	247,8
RONDÔNIA	RO	31.333,9	99.581,4	409,2
RORAIMA	RR	10.186,2	87.736,8	18,4
RIO GRANDE DO SUL	RS	250.717,6	83.284,0	25.219,8
SANTA CATARINA	SC	144.087,3	45.263,7	15.484,9
SERGIPE	SE	55.215,9	146.963,6	106,6
SÃO PAULO	SP	488.293,5	35.367,8	59.326,0
TOCANTINS	TO	52.584,0	153.496,1	117,2
TOTAL		**3.701.276,7**	**3.536.775,4**	**296.630,2**

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 2011, foi publicada a Portaria STN nº 811, de 7 de dezembro de 2011, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2012, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais
Fone: (61) 3412-1588/1596 - Fax: (61) 3412-1519
Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br